

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL N° 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

MARCUS ALEXANDRE GARCIA

A REESTRUTURAÇÃO DO PROCESSO DE TRABALHO NA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA: IMPACTOS "PERVERSOS" E
RESISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS / 1980 - 1998.

1.574 S.9
(C)
2/00

UBERLÂNDIA, JANEIRO DE 2000.

MARCUS ALEXANDRE GARCIA

**A REESTRUTURAÇÃO DO PROCESSO DE TRABALHO NA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA: IMPACTOS "PERVERSOS" E
RESISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS / 1980 - 1998.**

Monografia elaborada para obtenção da
graduação no curso de História da
Universidade Federal de Uberlândia.
Orientador: Professor Dr. Antônio de
Almeida.

UBERLÂNDIA, JANEIRO DE 2000.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
CAPÍTULO I - O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS	14
O programa de qualidade total e a intensificação do processo de trabalho	16
O desemprego e terceirização: a face perversa de uma "modernização" conservadora	28
CAPÍTULO II - DIFICULDADES E RESISTÊNCIAS NO COTIDIANO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS	50
Reagindo contra o preconceito: o caso do funcionário Luciano de Freitas Machado	61
Uma maneira irônica de representar o descontentamento: as charges sobre os funcionários públicos municipais	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	74

AGRADECIMENTOS

O apoio oportuno e desinteressado dos verdadeiros amigos auxiliou, grandemente, no empreendimento deste exercício acadêmico complexo e difícil, mas necessário tanto para o cumprimento de uma das últimas etapas do curso universitário quanto para o exercício árduo de aprendizagem do processo da realização da pesquisa.

É com bastante sinceridade que agradeço o companheiro Edilson Antônio Alves, bem como o seu valoroso irmão Eliomar Antônio Alves pelo precioso tempo dedicado às leituras, debates e sugestões, sem falar na solidariedade gratuita para com os problemas que enfrentamos no decorrer de nossa existência que, infelizmente, abalaram a tranquilidade de meus pensamentos, mas com suas mãos sempre postas a ajudar, possibilitaram o soerguimento de meu corpo e alma mergulhados nas lástimas dos desencontros vivenciados em alguns momentos de nossa vida.

As discussões acaloradas imbuídas de uma profunda preocupação social do amigo Ricardo São José Carneiro ajudaram no afloramento da sensibilidade necessária para se ater a determinadas dificuldades que afetam diretamente o nosso ser atordoado pelo ar da pretensa normalidade da constante violência que interage com os nossos corpos.

A humildade e a força do companheiro Vicente Batista de Moura Sobrinho trouxeram uma lição muito importante para superar as barreiras que surgiram no decorrer do caminho, inúmeras vezes colocadas, ora pelos semelhantes com quem convivemos, diariamente, ora pelas barreiras criadas na nossa mente que reduzem ou impedem o prosseguimento da jornada.

A presteza e a eficiência na realização dos serviços administrativos da Coordenação do Curso de História, sem ausentar sua preocupação com o desenrolar das atividades deste educando, revelando a sua estima, conquistou o afeto e a admiração pelo amigo João que ficará gravado com carinho nas lembranças de minha memória que se constitui um dos bens mais preciosos para o ser humano.

Por último, mas sempre presente nas reflexões travadas a nível das discussões teórico-metodológicas, reservo um espaço enorme para o comprometimento e a orientação do Professor Doutor Antônio de Almeida que tanto auxiliou no desenvolvimento deste trabalho, seja no olhar atento em descobrir os momentos exatos para transmitir avisos importantes, seja na ajuda importante para entender a complexidade do caminho a ser percorrido neste trabalho.

INTRODUÇÃO

O trabalho final do Curso de História entendido como a monografia faz com que o educando se depare com determinadas dificuldades, a começar pela conturbada escolha do tema, justamente pela enorme variedade de assuntos que o futuro profissional poderá desenvolver, ressaltadas algumas problemáticas, como a ausência de evidências e outros materiais sobre a desejada matéria que, de certa forma, inviabiliza discorrer com facilidade sobre a matéria.

A escolha do tema causa uma preocupação, especialmente quando precisamos terminar o aspirado curso a que nos propomos enfrentar, e mais do que esta aflição de quem necessita concorrer no mercado de trabalho, a seleção da temática traz sérios questionamentos políticos, como o envolvimento do pesquisador que não pode se restringir apenas ao interesse imediato do diploma. É, concomitantemente, necessário abranger, acima de tudo, o respeito com o objeto da pesquisa. Nas palavras de Yves Lacoste,

“É preciso, sobretudo, colocar problemas políticos e, principalmente, a responsabilidade do pesquisador face aos homens e às mulheres que ele estuda e cujo território analisa.”¹

O problema político avistado, pelo menos no contato direto com o universo acadêmico atual, são os temas voltados para o modismo entendido como aqueles assuntos que estão em voga nos meios de comunicação, ora delineados pela ecologia, ora simplesmente representados pelos ditos “livros de

¹ É interessante salientar as reflexões sobre a pesquisa do geógrafo francês: LACOSTE, Yves. A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos. **AGB - São Paulo, Seleção de Textos**. São Paulo. nº 11, 1985. p. 1-2.

cabeceira" destinados apenas a vender exemplares no mercado editorial, mas, grandemente, ausentes da exposição e procura de alternativas para enfrentar os problemas sociais.

Um exemplo preciso da insensibilidade para articular o seu objeto de pesquisa com os problemas que afetam grandes contingentes populacionais reflete num artigo², recentemente publicado nos Anais do Seminário Internacional Dimensões da História Cultural, realizado em Belo Horizonte, onde a preocupação essencial se centrava nas classificações biológicas do gineceu e androceu das plantas que refletiam os desejos sexuais humanos em pleno século XVIII, apesar da forte repressão oriunda dos costumes e hábitos do período setecentista.

Este trabalho traz uma contribuição especial para ampliar os estudos sobre a expressão da sexualidade, mas ausenta-se, completamente, de uma contribuição para sugerir algumas possibilidades de superação de determinados problemas que atingem as relações entre os homens e mulheres, como as desigualdades no mercado de trabalho proporcionadas pela "arcaica" divisão sexual de tarefas entre os entes masculinos e femininos, sem esquecer os seus bolsos, ora bastante esvaziados pelos interesses de determinados grupos sociais.

A liberdade de escolher o tema para dissertar é primordial para exercer, plenamente, a capacidade de tomar decisões e se impor frente às vicissitudes da vida. Entretanto, apesar de saber que a cultura do século XVIII é igualmente importante, para, inclusive, avançarmos nas discussões sobre a

² Veja o historiador da cidade de Ouro Preto - MG: CARNEIRO, Henrique. As influências culturais do sistema de classificação sexual da botânica de Lineu no século XVIII. **Atas: Seminário Internacional Dimensões da História Cultural**. Belo Horizonte: Unicentro Newton Paiva. 1999. p. 50-55.

sexualidade, não podemos esquecer, ou mesmo aviltar a realidade concreta de milhares de mulheres que, atualmente, sofrem pesadas repressões sexuais que se manifestam na violência domiciliar praticada na maioria dos casos pelos maridos das próprias vítimas.

O lastro com a realidade passada, sem fazer a conexão com as dificuldades que atingem os nossos corpos e mentes no presente, faz parte do compromisso social que não podemos perder de vista, seja pelo respeito com os sujeitos que estudamos, seja pela oportunidade de avançarmos, enormemente, na pesquisa histórica, possibilitando realizar o mapeamento de algumas continuidades e permanências sentidas tanto a nível econômico quanto cultural que perpassam os séculos e imprimem a difícil tarefa a que os historiadores se incumbem de cumprir, mas que corre o risco de se transformar num produto a ser exposto, comprado e vendido no mercado editorial, como lembra Antônio de Almeida, alertando e reafirmando o comprometimento do historiador:

"(...) o conhecimento histórico não pode ser confundido com uma mera mercadoria exposta às oscilações no mercado consumidor (...)"³

Em se tratando do tema sobre o mundo do trabalho ao qual dedico bastante interesse, é imperioso colocar o seu obscurecimento em face da escolha pelos modismos, sem falar na pluralidade de questões abordadas pelos pesquisadores que, ressaltadas algumas exceções, apesar de serem

³ Veja a introdução do trabalho do professor ALMEIDA, Antônio de. **Lutas, Organização Coletiva e Cotidiano: cultura e política dos trabalhadores no ABC Paulista 1930-1980**. Tese de doutorado em História Social apresentada à FFLCH/USP. São Paulo, 1996. p. 6. (mimeo)

diferentes, trazem uma contribuição importante para acrescentar a discussão sobre os mais diversos aspectos que podem, sobretudo, abrir novos enfoques nunca antes pensados na área em que trabalhamos e até mesmo oferecer os instrumentos necessários para iniciarmos a nossa pesquisa.

Embora, o objeto de estudo de Maria Conceição D'Incao seja completamente diferente da dissertação que proponho escrever, esta destacada pesquisadora retrata bem o auxílio que podemos encontrar em outras temáticas, principalmente no difícil caminho que temos que traçar para construir nossa argumentação. D'Incao aborda a miséria dos trabalhadores rurais, mas se refere com bastante argúcia sobre a importância da relação dialética que temos que realizar com a teoria:

*"(...) a teoria passa a ter com a pesquisa propriamente dita uma relação dialética. Ela projeta e antecipa a pesquisa, ao mesmo tempo que reflete e registra seus resultados. Ela é, em síntese, elemento de mediação na busca do conhecimento."*⁴

A teoria antecipa uma preparação inicial que permite identificar alguns significados do foco central de nossa análise, sem menosprezar o mérito de proporcionar uma fundamentação coerente e pautada na realidade concreta, mas faz pensar com seriedade nos seus limites, singularmente quando se transforma numa "receita de bolo" que impede os olhares para outros lugares a procura de categorias que possam fornecer subsídios no entendimento da complexidade das relações sociais em que estamos envolvidos.

⁴ INCAO, Maria Conceição de. O Tema, o Método e o Universo Teórico de Referência. In: O "Bóia-Fria": **acumulação e miséria**. 3 ed., Petrópolis: Vozes, 1976. p. 18.

Para Maria do Pilar de Araújo Vieira et al.⁵, parafraseando Ciro F. Cardoso, considera que “os historiadores ainda estão descobrindo os meios de análise adequados ao seu objeto”⁶, e justamente por isto, acredito que a relação do pesquisador com o seu objeto de análise não pode ser de submissão a um determinado método, mas pelo contrário, deve estar aberto para conquistar outros caminhos possíveis que não foram descobertos, aproveitando dos vários trajetos possíveis, para enriquecer o entendimento do foco de nossas atenções.

Neste estudo, ora realizado, a teoria ocupa um lugar de destaque para compreendermos alguns aspectos da realidade dos funcionários públicos lotados na Prefeitura Municipal de Uberlândia⁷. Porém, não se prende num único autor, mas procura com a ajuda primordial das discussões de destacados pensadores refletir sobre a reestruturação do processo de trabalho e suas conseqüências para a vida dos trabalhadores.

Por se tratar de uma amplitude bastante elevada de funcionários públicos lotados nesta entidade, ora calculados aproximadamente em 10.000 pessoas, optei em compreender alguns aspectos que se destacaram à medida que dialogava com as fontes, ora materializadas nos Boletins do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal – SINTRASP, bem como concretizadas nos jornais *Correio* e *O Triângulo* da cidade de Uberlândia, sem

⁵ VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo et al. **A pesquisa em História**. 3 ed., São Paulo: Ática, 1995, p. 41.

⁶ CARDOSO, Ciro F. **Uma introdução à história**. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 43.

⁷ A Prefeitura Municipal de Uberlândia se localiza na Avenida Anselmo Alves dos Santos, 600, no Bairro Santa Mônica, onde abriga a maior parte dos serviços realizados pelos funcionários públicos, exceto algumas atividades que são empreendidas fora de seu estabelecimento, como o armazenamento e manutenção de materiais e caminhões na Diretoria Central de Operações, o atendimento nos postos de saúde e a educação ministrada nas escolas e creches municipais, sem esquecer outros tipos de trabalhos, como o controle da dengue e outros parasitas efetuada pela Seção de Controle de Zoonoses que se encontra em outro espaço.

esquecer o jornal *O Município* publicado pela Assessoria de Comunicação da Prefeitura Municipal de Uberlândia.

A pesquisa, ora realizada no Arquivo Público Municipal da cidade de Uberlândia, abrangeu uma grande quantidade de textos jornalísticos que para melhor disponibilizar o seu acesso para futuras leituras necessárias a elaboração deste trabalho, bem como para facilitar o estudo de outras pessoas interessadas no assunto, deixando, inclusive, impresso o conteúdo do material analisado para estimular outros trabalhos, foi criado para este intuito um Banco de Dados caseiro dotado de uma base de consultas guiada pela temática do assunto, juntamente com a geração de um formulário para a inserção dos dados coletados.

Para concretizar o Banco de Dados, especialmente na delimitação dos campos a serem utilizados, a leitura de José Marques de Melo⁸ auxiliou no entendimento dos principais elementos que compõem as matérias jornalísticas, como os artigos, crônicas, colunas e charges que foram de suma importância para classificar as diferentes reportagens visualizadas no decorrer da pesquisa empreendida no Arquivo Público Municipal.

É interessante colocar que principiei a selecionar apenas um grupo de trabalhadores, seja na área educacional entendido como os professores das escolas municipais, seja no campo administrativo representado pelos auxiliares de serviços gerais e oficiais, mas este tipo de escolha acabava restringindo, grandemente, os fatos que aconteciam em outras divisões e seções da instituição que poderiam com facilidade serem incorporados para ampliar as

⁸ MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. 2 ed., Petrópolis: Vozes, 1994.

discussões que muito contribuiriam para desvendar e explicitar melhor os problemas que afligiam os meus pensamentos.

Em virtude do perigo de cercear alguns acontecimentos que ocorreram em diversos locais da entidade, e que muito serviriam no enriquecimento do debate, fiz a escolha por não demarcar, rigidamente, o espaço de análise, deslocando o recorte geográfico, ora para a Seção de Controle de Zoonoses, ora para a Divisão de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração, bem como para a Secretaria Municipal de Educação, inclusive para outros lugares diferentes do ambiente de trabalho, como a casa de alguns funcionários públicos municipais à medida que os sujeitos históricos circulavam por estes lugares.

A circularidade dos funcionários públicos municipais, semelhante à atribuição do historiador Carlo Ginzburg, entendo como “a influência recíproca entre a cultura das classes subalternas e a cultura dominante”⁹ à medida que os servidores possuem uma mobilidade em se apresentar lotados em determinados setores da entidade, mas não de forma fixa, podendo ser remanejados para outros locais, e inclusive, ser conclamados a aparecerem em determinadas divisões, para prestarem esclarecimentos e se defenderem de prováveis processos administrativos disciplinares e exonerativos.

O conflito entre os servidores municipais e os dirigentes da entidade pública revela mais que o movimento das diversas culturas que se apresentam na sociedade, evidencia o embate com a cultura dominante como pude constatar nas reportagens dos jornais em que estes sujeitos, apesar de estarem numa certa seção tiveram que deslocar sua força física e mental, ora para a

⁹ GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 24.

Divisão de Recursos Humanos, ora para a Procuradoria Geral do Município para se defenderem de acusações ou mesmo para cumprir as imputações das negligências que realizaram enquanto estavam dispostos no seu trabalho.

O recorte espacial amenizado pela flexibilidade, ora em avançar para áreas afastadas do Centro Administrativo, ora na necessidade de retornar para o foco de sua administração centralizada no Bairro Santa Mônica, de acordo com o movimento dos entes humanos, solucionou em parte as preocupações que se avolumaram na delimitação cronológica do estudo. Para resolver este impasse, procurei identificar o início das transformações mais recentes nos serviços realizados na entidade pública municipal, juntamente com as mudanças ocorridas no mundo do trabalho.

Para Ricardo Antunes¹⁰, a década de 1980 desempenhou um importante marco para entendermos as modificações no mundo do trabalho, principalmente quando nos atemos aos avanços obtidos no campo da microeletrônica, automação industrial e robótica, sem menosprezar algumas importantes formas organizacionais da produção que alcançaram um destaque acentuado, como o toyotismo que adquire uma expressão maior em determinados lugares em detrimento do fordismo e taylorismo.

É justamente neste período que a Prefeitura Municipal de Uberlândia adquire os equipamentos mais sofisticados, como os microcomputadores e impressoras, não esquecendo de mencionar os *softwares*, para informatizar os serviços prestados à população, implicando numa reorganização das atividades administrativas, seja pela necessidade do aprendizado da nova tecnologia a ser utilizada, seja por uma nova divisão do trabalho nos setores que compraram os

¹⁰ ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 5 ed.. São Paulo: Cortez, 1998.

materiais, ou simplesmente pela incorporação das máquinas mais velozes no antigo sistema de trabalho, sem alterar o caminho percorrido pelos documentos.

O geógrafo americano David Harvey¹¹ anuncia uma transição no processo de acumulação de capital que se presencia, particularmente depois da crise de 1973, quando se instaura com maior força a acumulação flexível do capital caracterizada, em grande medida, pela disseminação do trabalho temporário entendido como a contratação de pessoas para executar apenas por um determinado período um serviço que, logo após a sua realização, ensejaria o término do contrato e a conseqüente dispensa do funcionário, sem qualquer indenização ou ajuda financeira para custear o tempo necessário para encontrar outro emprego capaz de sustentar a si próprio e os entes que dependem de seu esforço para complementar a renda familiar.

A flexibilidade do trabalho se verifica na Prefeitura Municipal de Uberlândia com maior intensidade no final dos anos 80 quando a imponente empresa Decovalí Dedetização Conservação, Varrição e Limpeza Ltda assume a contratação temporária de grande parte dos funcionários para realizar as tarefas na entidade municipal, seja na limpeza dos prédios, seja nas atividades administrativas, desempenhando a maior parcela dos trabalhos por um longo período de tempo até que os dirigentes públicos municipais decidem implementar com maior rigor os concursos para a efetivação das pessoas que realizavam os trabalhos, apesar de ocorrer ainda em alguns casos especiais, a contratação de professores somente por um determinado período.

O mapeamento dessas transformações no mundo do trabalho, essencialmente presenciadas no avanço tecnológico e na introdução do

¹¹ Veja a obra do geógrafo americano: HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural** 4 ed.. São Paulo: Loyola, 1994.

trabalho temporário verificadas no ambiente público municipal, permitiram estabelecer o recorte cronológico de 1980 a 1998 para restringirmos um pouco o tema, ora proposto, de tal forma a possibilitar o desenvolvimento do estudo, mesmo sabendo de antemão da necessidade de avançarmos ou recuarmos no tempo, assim como termos uma certa mobilidade dos marcos espaciais, para melhor entendermos o objeto de pesquisa, como retrata o professor Antônio de Almeida:

“(...) instrumentos como marcos temporais, delimitação espacial e a própria formulação teórica são todos muito úteis ao trabalho do pesquisador, desde que não assumam a forma de camisa-de-força, o que poderia comprometer a própria qualidade do conhecimento a ser produzido.”¹²

No caso do marco temporal, fez-se necessário o recuo do período delimitado, a fim de entender com melhor acuidade o toyotismo que não se trata de uma mudança tão recente no mundo do trabalho, posto que notamos sua presença em técnicas como *just in time* e o Programa de Qualidade Total nos anos 50, principalmente no Japão que aplicava estes elementos para aumentar a sua produtividade de mercadorias e obter um desempenho elevado no mercado econômico.

Do mesmo modo, o avanço no recorte cronológico para a realidade mais recente proporcionou entender as conseqüências “perversas” do toyotismo e dos avanços tecnológicos que se manifestam no enfraquecimento das entidades representativas dos trabalhadores que mudaram, em grande parcela

¹² ALMEIDA, Antônio de. **Lutas, organização coletiva e cotidiano: cultura e política dos trabalhadores no ABC Paulista 1930-1980**. Tese de doutorado em História Social apresentada à FFLCH/USP. São Paulo, 1996, p. 10. (mimeo)

o lema de suas lutas, anteriormente em busca de melhores condições de trabalho, e agora, voltadas para a preservação das pouquíssimas vagas empregatícias no competitivo mercado de trabalho.

Para finalizar, a articulação dos assuntos que inquietaram o meu pensamento foram concatenados de forma a expor no primeiro capítulo, o processo de reestruturação do trabalho, envolvendo a implementação do Programa de Qualidade Total, bem como a mudança na jornada de trabalho dos funcionários da Prefeitura Municipal de Uberlândia, sem esquecer os problemas que estão mais ardentes no mundo do trabalho, como o desemprego e a terceirização que refletem, negativamente, na vida dos trabalhadores, e em especial no cotidiano daqueles que empregam boa parte de seu tempo na entidade pública.

No segundo capítulo, a resistência dos servidores públicos municipais realizada de forma invisível por intermédio dos atestados médicos, mas depois localizada pelos dirigentes municipais ocupa um lugar de destaque, juntamente com o enfrentamento direto do funcionário Luciano de Freitas Machado e o resgate de uma das primeiras eleições para a Associação dos Servidores Públicos Municipais que trouxe grande euforia, justamente pela vitória da chapa dos funcionários em detrimento da chapa que representava os interesses do então prefeito, Zaire Rezende.

Por último, ao procurar uma forma de expressão que desse um significado mais alegre, apesar do sentido pessimista que caminha a vida dos trabalhadores, enfatizei a produção humorística presenciada nas charges do Boletim do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal.

CAPÍTULO I - O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO NA PREFEITURA DE UBERLÂNDIA E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

A reestruturação do processo de trabalho diz respeito a profundas mudanças que se manifestam, intensamente na difusão de alguns elementos do modelo administrativo gestado no Japão, o toyotismo, sem eximir o avanço tecnológico que introduz novas máquinas que dispensam, grandemente, a força de trabalho humana.

Cabe ressaltar, antes de iniciar este trabalho, que o foco central de onde inicio os estudos sobre o processo de reestruturação, é a realidade concreta da Prefeitura Municipal de Uberlândia. Neste espaço público, alguns indícios do toyotismo são identificados, o que leva a estender o campo de análise para outras dimensões com o intuito de melhor entender as implicações desta incorporação.

O toyotismo é uma "planta exótica" se quisermos fazer uma analogia com algo que não é próprio do Brasil, mas que foi elaborado fora de seu território. Para Wood¹³, é preciso bastante cuidado ao se definir a absorção das novas formas organizacionais do trabalho tidas como o toyotismo, posto que a adoção dessas mudanças não se dão na íntegra em todos os lugares, e quando são implementadas sofrem adaptações, em alguns casos, de acordo com a realidade de cada local.

Wood prefere designar estas transformações no mundo do trabalho de "japonização", uma vez que apenas alguns elementos do toyotismo são

¹³ WOOD, S. Toyotismo e ou japonização. HIRATA, H.. In: **Sobre o "Modelo" Japonês: automatização, novas formas de organização e de relações de trabalho**. São Paulo: USP, 1993, p. 49-77.

presenciados. Em se tratando da Prefeitura de Uberlândia, acredito que podemos definir somente o Programa de Qualidade Total e as terceirizações como termos que fazem parte do modelo japonês, sem contudo, atribuir este acontecimento a uma completa instalação do toyotismo nos serviços públicos municipais.

Roberto Ruas¹⁴, procurando conceituar os novos princípios gerenciais, resgata que o Controle de Qualidade Total (TQC - *Total Quality Control*) é oriundo do Sistema Toyota. O rótulo "TQC" assume várias designações nas empresas, mas, em geral, trata-se da mesma estratégia utilizada, inclusive, na Prefeitura de Uberlândia que ressurge com a denominação de Programa de Qualidade Total.

Os elementos do toyotismo, como o Controle de Qualidade Total, são disseminados como receitas "infalíveis" para o crescimento das empresas e até mesmo para o desenvolvimento dos países. Contudo, é necessário enfatizar que o Programa de Qualidade Total, principalmente o que passarei a analisar, não se constitui numa qualidade de vida para os funcionários, mas pelo contrário, é simplesmente um princípio que visa otimizar o serviço, sem ganhos nas condições de vida, apresentando, acima de tudo, sérios limites de aplicabilidade devido à resistência dos trabalhadores que não são persuadidos com facilidade a aceitar os novos métodos de trabalho, a não ser pela atual coerção do desemprego.

¹⁴ RUAS, Roberto. *Novos Princípios Gerenciais e Organização e Gestão do Trabalho. Reestruturação Produtiva no Brasil*. Brasília, SESI-DN, 1995, p. 18-31.

O Programa de Qualidade Total e a intensificação do processo de trabalho

A qualidade total desejada pelos dirigentes públicos municipais, para os funcionários, em especial da Prefeitura Municipal de Uberlândia, apresenta um caráter de aprimoramento dos serviços empreendidos no decorrer das atividades diárias que, para efeito de análise, compreende uma variedade de cursos aplicados tanto para os cargos menos relevantes, como oficiais administrativos e professores, como para os diretores e chefes abrigados nas diversas seções componentes da administração desta entidade.

Os cursos, geralmente, se destinam a preencher algumas dificuldades enfrentadas no cotidiano do trabalho, particularmente no que concerne a grande informatização ocorrida no final da década de 80 e de forma mais intensa nos anos 90, com a introdução de microcomputadores, substituindo os antigos terminais. Este processo de implementação de máquinas mais sofisticadas que as anteriores exigiu a disciplina e o conhecimento, muitas vezes desconhecidos da maioria dos funcionários, ora acostumados com um determinado procedimento de trabalho, e por isto, mais temerosos das mudanças organizacionais que tal procedimento acarretaria, ora abertos a entrada desta nova tecnologia, e menos desconfiados das transformações no interior da instituição.

De um lado, a implementação dos cursos visavam preencher os vazios encontrados na continuidade da prestação dos serviços públicos com a inserção de novos equipamentos, realizando com este intento o repasse de informações necessárias por intermédio da realização de aulas de informática

básica, como as noções principais do DOS - Sistema de Operacional de Dados, navegação no ambiente de trabalho Windows e a manipulação das ferramentas essenciais do editor de textos Word.

Por outro lado, os funcionários com certos conhecimentos já adquiridos e interessantes para a execução de determinadas tarefas no decorrer do trabalho foram privilegiados com outros cursos mais específicos delineados no aprendizado de planilhas de cálculo no programa Excel, bem como o entendimento da criação e manutenção de um banco de dados caseiro no Access, sem menosprezar a promoção de eventos, como o primeiro Curso de Especialização em Administração Pública Municipal destinado a atender apenas um determinado grupo de trabalhadores, uma vez que "um dos requisitos para esta primeira turma era que os alunos possuíssem curso superior ligado às áreas e disciplinas constantes do curso"¹⁵.

Ao lado do desenvolvimento de programas específicos de treinamento de alguns funcionários públicos municipais, mais aptos a incorporar as inovações tecnológicas, e atender os interesses dos responsáveis por um determinado setor da prefeitura, procurou-se melhorar o teor da comunicação entre as diferentes repartições existentes, com cursos de redação destinados principalmente a otimização de memorandos e ofícios que necessitavam ser escritos de forma clara e concisa, de tal maneira a evitar a deformação de uma dada informação, e assim poupar o tempo na resolução de um provável mal entendido, facilitando o intercâmbio e o atendimento de determinadas solicitações.

¹⁵ Trecho extraído do jornal oficial editado na Assessoria de Comunicação da Prefeitura Municipal de Uberlândia: **O Município**, nº 902, Uberlândia, terça-feira, 24 de dezembro de 1996, p. 1.

O aparato construído para ministrar os cursos de informática se formalizou em convênios firmados com a UNIT - Centro Universitário do Triângulo, para fornecer o local apropriado para o aprendizado, bem como a utilização de funcionários lotados na PRODAUB - Processamento de Dados de Uberlândia, órgão da administração indireta do município, para a elaboração e concretização das aulas, enquanto que a própria Secretaria Municipal de Educação, por intermédio da Universidade da Criança se encarregou de estruturar o curso de redação, sem esquecer de mencionar o repasse de informações mais pormenorizadas para um público alvo mais específico, como os chefes e encarregados.

Cabe ressaltar aqui, a importância da Secretaria Municipal de Administração, e em especial, a Divisão de Recursos Humanos, que resgatou todo o discurso da eficiência tido como meta necessária a ser alcançada pelos servidores públicos municipais, para a divulgação das aspirações dos dirigentes públicos municipais, realizando com este intento a divulgação em cartazes, espalhados, principalmente, no interior do próprio departamento. Estes painéis apresentavam frases, assim descritas:

"Lições de auto-conhecimento

1. *Você é seu melhor professor.*
2. *Aceite responsabilidades não coloque culpa em ninguém.*
3. *Você pode aprender qualquer coisa que queira.*
4. *Tudo aconteceu por uma razão e propósito, e tem por finalidade nos servir.*
5. *Não é necessário ter que entender absolutamente tudo, a fim de que se possa utilizar tudo o que tem.*
6. *O trabalho deve ser prazeroso.*
7. *Não existe sucesso consistente, sem que haja comprometimento.*
8. *A compreensão verdadeira vem da reflexão sobre as próprias experiências.*"¹⁶

¹⁶ Cartaz fixado na entrada da Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Uberlândia, durante o ano de 1997.

As expressões, mencionadas acima, com destaque especialmente para a frase, "você pode aprender qualquer coisa que queira", visam sugerir um determinado modo de trabalhar que, para o entendimento das relações de trabalho, pretende moldar um trabalhador que dispensa os olhares atentos da fiscalização dos chefes das seções e diretores das divisões, que compõem a prefeitura, e mais ainda, são capazes de desenvolver as tarefas diárias, sem a necessidade de alguém para explicar, e mesmo apontar os métodos mais eficientes de realizar as atividades, em menos tempo, com um grau maior de qualidade na prestação dos serviços prestados à população.

O interesse de desenvolver alguém que cumpra as vontades determinadas pelos dirigentes da instituição pública é marcante nas entrelinhas do discurso que exige, acima de tudo, a ausência de crítica sobre as decisões tomadas que, muitas vezes, são realizadas de cima para baixo, evidenciadas no esclarecimento de que "não é necessário ter que entender absolutamente tudo, a fim de que se possa utilizar tudo o que tem". Em outras palavras, o indivíduo pode executar as obrigações impostas, sem passar pelo crivo de sua consciência, e questionar se este é, realmente, o melhor caminho a ser tomado para a resolução de um certo problema.

A construção do ideal de funcionário apto a empreender com rapidez e agilidade as tarefas que lhe são imputadas, sem a preocupação com as implicações que podem acarretar uma tomada de ação equivocada, é bastante difundida na instituição pública, ao mesmo tempo em que se divulga o Programa de Qualidade Total da Prefeitura Municipal de Uberlândia, por intermédio da Divisão de Recursos Humanos que chegou até a idealizar um clichê semelhante ao criado pela empresa SABE do Grupo Algar, como podemos comparar pelos símbolos abaixo mencionados:

SÍMBOLOS DA QUALIDADE TOTAL



Clichê do Programa de Qualidade da Prefeitura Municipal de Uberlândia



Clichê do Controle de Qualidade Total da empresa SABE, pertencente ao Grupo Algar.

A letra "Q" justaposta ao número "10" indica o desejo de imputar ao serviço público o desempenho "nota dez", bem como a enorme letra "Q", englobando o símbolo da empresa SABE, expressa o desejo de evidenciar a qualidade em todo o âmbito de seus serviços. É interessante notar que, apesar da prefeitura se tratar de uma entidade pública, esta foi capaz de incorporar os programas de qualidade desenvolvidos no espaço privado, mostrando o enorme poder de transmissão destas formas de organização do trabalho, e ainda mais, a sintonia com algo mais profundo que ultrapassa as fronteiras dos países e se encontra disseminado no meio empresarial, com a aplicação de novos meios de controle do trabalhador, como destaca o sociólogo Ricardo Antunes:

"(...) buscam-se novos padrões de gestão da força de trabalho, dos quais os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), a "gestão participativa", a busca da "qualidade total", são expressões visíveis não só no mundo japonês, mas em

*vários países de capitalismo avançado e do Terceiro Mundo industrializado.*¹⁷

O toyotismo criado pelo engenheiro Ohno da empresa Toyota constitui, para Antunes, o exemplo característico das transformações no mundo do trabalho. Este modelo, originalmente gestado no Japão, adquiriu contornos mundiais e se espalhou, em grande parte das nações, de tal modo que não é mais propriedade característica de um certo lugar, mas já faz parte do capitalismo, sendo adotado em muitas localidades.

A propagação deste sistema de trabalho é devido ao caráter da horizontalização da produção que, diferentemente da verticalização fordista em que a confecção das mercadorias estava resguardada para a montadora, agora se presencia a contratação de empresas para realizar a manutenção dos equipamentos, assim como a produção de elementos básicos que, anteriormente eram realizados apenas pela detentora do produto.

Esta horizontalização da produção implica numa transferência da maneira de se produzir, antes centralizada num único local, e agora, difundidas para as entidades particulares que prestam o serviço ou elaboram uma parte da produção, contribuindo, sobremaneira para a divulgação e implementação do toyotismo, de uma maneira generalizada, nos mais diversos espaços, assim evidenciado por Ricardo Antunes:

"Essa horizontalização acarreta também, no toyotismo, a expansão desses métodos e procedimentos para toda a rede de fornecedores. Desse modo, Kanban, just in time,

¹⁷ ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 5 ed., São Paulo: Cortez, 1998. p. 16.

flexibilização, terceirização, subcontratação, CCQ, controle de qualidade total, eliminação do desperdício, "gerência participativa", sindicalismo de empresa, entre tantos outros elementos. propagam-se intensamente."¹⁸

O controle de qualidade se faz um elemento importante do toyotismo que, na realidade concreta é adotado pela Prefeitura Municipal de Uberlândia, mostrando o enorme alcance deste modelo de produção que se alastra, inclusive nos serviços públicos, mesmo que apenas alguns princípios sejam adotados pelos dirigentes municipais.

A compreensão do Programa de Qualidade Total é estendida quando se adentra pelo seu interior, revelando uma contradição que se materializa no conflito entre o desenvolvimento deste projeto com vistas a melhorar o atendimento do enorme contingente populacional estimado em 487.222¹⁹ habitantes, para o ano de 1999, bem como acrescentar alguns avanços no nível de vida dos funcionários públicos municipais ou, simplesmente, satisfazer os interesses do grupo social que administra esta entidade pública.

A melhoria dos serviços públicos, realmente, engrandecem o nível de vida da maioria das pessoas, seja no simples contato entre o funcionário e o usuário no ato de solicitar determinado trabalho, seja na diminuição de filas para o pagamento de impostos, seja na eficiência da resolução dos problemas da cidade.

Contudo, à medida que as dificuldades dos habitantes são solucionadas com maior rapidez, inclusive na conclusão de obras e na

¹⁸ Idem. **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**, p. 27.

¹⁹ Estimativa populacional de Uberlândia, para o ano de 1999, realizada pelo IBGE.

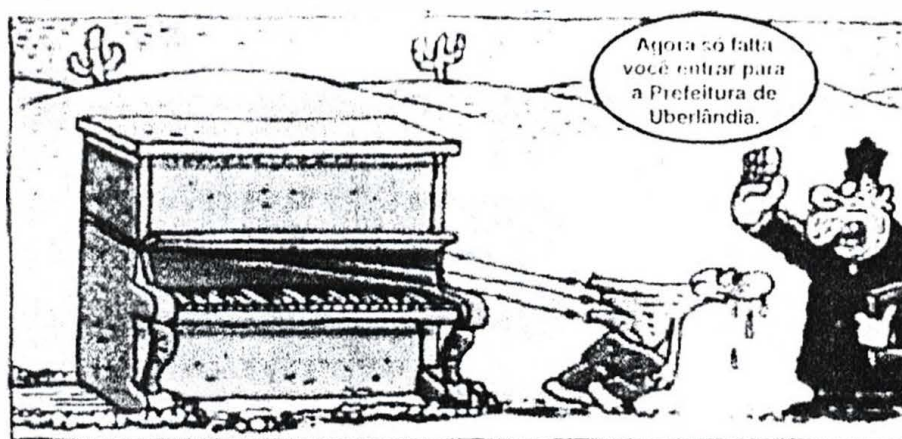
manutenção da estrutura física do meio urbano e rural, como um todo, o funcionário público municipal produz um excesso de trabalho que, diferentemente da busca de lucro obtida na mais valia resultante da força de trabalho empregada na confecção e elaboração de um determinado produto vendido para reproduzir o capital do empresário, o sobretrabalho gerado na entidade pública não aumenta o capital, mas de forma semelhante a mais valia é apropriada pela camada social dirigente da prefeitura que usufrui dos benefícios, e se promove como único grupo capaz de estimular o crescimento econômico.

O excesso de trabalho de fato se tornou uma prática rotineira em alguns setores no interior da entidade pública municipal, essencialmente quando ocorreu a mudança da jornada de trabalho de 8 horas para 6 horas diárias. Esta modificação no horário fez com que o funcionário da prefeitura aumentasse o ritmo de seu trabalho, para executar as mesmas atividades que empreendia no antigo intervalo de tempo.

Aliado a estas modificações nas relações de trabalho na Prefeitura Municipal de Uberlândia, ocorreu em alguns locais de trabalho a substituição de equipamentos ultrapassados pelos novos microcomputadores mais velozes e condizentes com os avanços alcançados pela informática, provocando a diminuição do tempo necessário para a execução de um dado serviço que, anteriormente necessitava de uma maior quantidade de horas para ser concluído, e que agora é satisfeito com a dispensa de um mínimo de trabalho, elevando a quantidade de serviços para serem concluídos no tempo restante.

O resultado da inserção de máquinas mais sofisticadas em determinados setores da Prefeitura Municipal de Uberlândia fez com que o funcionário público desta entidade se ocupasse com outros afazeres depois de

terminado o trabalho agilizado pelo microcomputador, e em outros lugares que não acompanharam os avanços da informática se presenciou com a jornada de trabalho menor um esforço maior, para concretizar os serviços, antes empreendidos num tempo maior. De qualquer modo, ocorreu a intensificação do trabalho tanto com a introdução de equipamentos melhores quanto com a diminuição do tempo de serviço, o que fica evidente pela forma irônica representada pela charge disposta no Boletim Informativo do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal:



Fonte: Charge extraída do *Boletim Informativo do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal (Sintrasp)*, p. 6, fevereiro/março de 1999.

A qualidade total apregoada pelos dirigentes públicos municipais implica na exigência de um ritmo maior de trabalho atingido, em grande medida, pela redução na jornada de trabalho ocorrida na Prefeitura Municipal de Uberlândia. Esta diminuição do período correspondente às tarefas diárias, apesar do caminho tortuoso que desembocou, esteve na pauta de reivindicações da entidade representativa dos funcionários públicos municipais, como podemos visualizar na análise da reportagem intitulada "06 horas"

presente no Boletim Informativo do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal:

*"Há mais de 04 anos que a carga horária de 06 horas é cobrada pelo Sindicato, fazendo parte da pauta de reivindicação de Data-Base do servidor municipal."*²⁰

A modificação da jornada de trabalho é vista como algo positivo pelos representantes do SINTRASP - Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal, capaz de aliviar a labuta quotidiana e aumentar as horas de lazer desta categoria de trabalhadores, sem falar na oportunidade de realizar outros empreendimentos fora do horário ocupado pelos afazeres na prefeitura, seja com o intuito de aumentar a renda familiar, seja para melhor cumprir as atividades de estudo, para as pessoas que tiveram acesso a educação, entre tantas outras questões importantes para obter melhores condições de vida, como o aumento do tempo para se dedicar com mais atenção aos familiares e amigos.

Porém, as decisões tomadas pelos detentores do poder caminharam, muitas vezes, e ainda seguem, em sentido contrário às reivindicações dos trabalhadores no setor público municipal, a começar pela apropriação da reivindicação de redução da jornada de trabalho realizada pelo sindicato como se fosse uma idéia ^{h?} bastante tempo aspirada e colocada na agenda de realizações da administração municipal, e não fruto de um processo constante de luta.

²⁰ Boletim Informativo do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal (Sintrasp), p. 2. fevereiro/março de 1997.

A diluição da farsa oriunda da transferência da representação dos funcionários públicos municipais materializada no SINTRASP em prol de uma menor jornada de trabalho para os dirigentes da prefeitura é claramente desmascarada pela análise da condução do processo em direção a implementação de menos horas de serviço.

Os dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal desejavam que a jornada de trabalho de seis horas fosse instaurada por um Projeto de Lei. Este dispositivo legal implicava no devido encaminhamento para a Câmara Municipal, para ser votado pelos vereadores, e conseqüentemente, após a sua provável aprovação seria mais difícil a anulação, posto que dependeria do consentimento da ampla maioria dos representantes do legislativo municipal, como de fato chegou a ser cogitado pelo vereador Geraldo Rezende Júnior, mas que sofreu uma derrota pelos vereadores mais comprometidos com a administração do prefeito Virgílio Galassi, como retrata o trecho abaixo:

“A oposição sofreu ontem a primeira derrota do ano na Câmara Municipal de Uberlândia. O requerimento do vereador Geraldo Rezende Júnior (PMDB), que solicitava ao prefeito Virgílio Galassi (PPB) a apresentação de um projeto para reduzir a carga horária dos servidores municipais, foi rejeitado pela maioria. Foram 12 votos contrários, 7 favoráveis e uma abstenção (...)”²¹

²¹ **Correio**, nº 17.403, Uberlândia, sábado, 8 de fevereiro de 1997, p. 3.

O grupo social, detentor das rédeas da administração municipal, temeroso da passagem do projeto da redução da jornada de trabalho pela Câmara Municipal optou pela tomada desta luta que pertencia aos trabalhadores para o seu próprio intento, mas distante de atender plenamente o desejo dos funcionários, os dirigentes municipais implementaram as seis horas diárias de trabalho por intermédio da elaboração do Decreto nº 7304 de 22 de maio de 1997:

“Art. 7º - A Jornada Máxima de Trabalho de 6 horas é instituída por este Decreto em caráter experimental, ficando a sua continuidade condicionada à manutenção da normalidade na execução das tarefas e no atendimento público”²²

A escolha pelo decreto substituindo o Projeto de Lei se deve ao fato de que o decreto é “uma determinação escrita e expedida pelo chefe do executivo, ou seja o Prefeito, o qual tem amparo legal para agir dessa forma”²³, e com tal atribuição reservada, exclusivamente pela autoridade maior da cidade, torna-se maleável a continuidade ou a revogação do novo período de trabalho pelas suas mãos, caso haja a deterioração da qualidade no atendimento da população, e por sua vez o obscurecimento de seus “grandiosos” empreendimentos na cidade de Uberlândia que dificultaria a permanência, inclusive, no cargo de prefeito, e mais ainda, impediria alguns entraves para uma futura eleição, e assim a perpetuação dos grupos sociais que apoiam e se beneficiam com a atual situação.

²² O Decreto nº 7304 de 22 de maio de 1997 se encontra no **Boletim Informativo dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Uberlândia (Sintrasp)**, p. 3, junho de 1997.

²³ **Boletim Informativo do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal (Sintrasp)**, p. 6, abril/maio de 1997.

Os funcionários públicos municipais se viram aviltados pelo mascaramento de uma reivindicação que lhes pertencia, e estava próxima de se materializar, mas que infelizmente foi apropriada pela camada dirigente da prefeitura que desviou a intenção original de aprovação da jornada de trabalho de seis horas por um Projeto de Lei, desembocando na instauração do menor tempo de trabalho por intermédio de um decreto.

A jornada de trabalho de seis horas viabilizada pelo Decreto Municipal nº 7304 de 22 de maio de 1997, essencialmente pela expressão, “caráter experimental”, trouxe um desconforto nos funcionários públicos municipais, haja vista a insegurança gerada de presenciar a qualquer instante a supressão de sua conquista, apesar da pretensão dos detentores do poder público municipal em atribuir a realização de tal acontecimento em suas mãos. Esta apreensão presenciada na expectativa da efetiva redução da jornada de trabalho faz parte dos diversos sentimentos que convivem no âmago de grande parte dos funcionários públicos municipais atemorizados por outros problemas que se materializam nos elevados índices do desemprego.

O desemprego e terceirização: a face perversa de uma “modernização” conservadora

“Participamos de uma nova era, sem conseguir observá-la. Sem admitir e nem sequer perceber que a era anterior desapareceu.”

Viviane Forrester²⁴

²⁴ FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. 4 reimp., São Paulo: Unesp, 1997, p. 8.

O desemprego se traduz, pelo menos numa de suas facetas, na substituição dos trabalhadores pela máquina que elimina a presença humana no interior da fábrica, sem falar nas políticas governamentais que mais estimulam o desemprego do que, realmente, contribuem para sua amenização. Este processo excludente é visível nas estatísticas do SINE - Serviço Nacional de emprego que "já informou que há em Uberlândia 40.000 desempregados"²⁵, evidenciando o aumento drástico dos níveis de pessoas destituídas dos meios de vender a sua força de trabalho para sobreviver que, de certa forma, atinge os funcionários públicos municipais à medida que desperta o medo de perder o meio de obter o sustento necessário à manutenção de seus dependentes e familiares.

A romancista e ensaísta, Viviane Forrester, apesar de não ser uma historiadora, ou mesmo uma economista, traz um estudo crítico e realista do mundo em que vivemos, fazendo uma reflexão extraordinária do desemprego que afeta não apenas a França, local de suas análises e de sua nacionalidade, mas pelo contrário, ultrapassa as fronteiras dos países, alojando-se de norte a sul, e de leste a oeste na Europa, atingindo com todas as suas forças os demais continentes, sem omitir a sua presença no Brasil, como atesta uma entrevista com o presidente da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), Juarez Rizzieri, no Jornal O Estado de São Paulo:

"Na opinião do presidente da Fipe, o desemprego deverá ir para dois dígitos este ano. O governo vai optar por controlar a inflação por meio do desaquecimento da economia, que amplia o desemprego. "Se ele tiver de administrar o conflito,

²⁵ Correio, nº 17.743, terça-feira, 17 de março de 1998, p. 6.

vai optar por menos inflação e mais desemprego." A lógica dessa escolha, que foi seguida pelos países europeus, é que a inflação afeta toda a sociedade, enquanto o desemprego atinge parcela menor. (M.C.)²⁶

É interessante destacar que realmente esta lógica do desemprego apregoada pelo presidente da Fipe, constitui-se numa norma seguida pelos países europeus, principalmente pelas suas instituições, como a OCDE - Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico e o FMI - Fundo Monetário Internacional que financiam o desenvolvimento econômico em localidades menos favorecidas, como destaca um trecho da proposta defendida pelo Banco Mundial citado pela crítica literária, Viviane Forrester:

"É necessário, em todos os países, encurtar a duração dos direitos quando for muito longa ou tornar as condições de admissão mais restritas."²⁷

A sugestão do Banco Mundial, incoseqüente e brutal, que infelizmente é acatada pelos dirigentes governamentais, e pelos empresários e diretores de transnacionais, traz como conseqüência da limitação do número de admissões e de eliminação dos encargos sociais que garantem os direitos básicos essenciais à saúde e previdência social, o aumento dos percentuais de desempregados, que não encontram mais trabalho, haja vista que grande parte dos postos de trabalho foram destruídos pelos avanços da cibernética e da automação industrial que eliminam a presença humana nas indústrias,

²⁶O Estado de São Paulo, nº 120, quinta-feira, 21 de janeiro de 1999, p. B3.

²⁷ FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. 4 reimpressão, São Paulo: Unesp, 1997, p. 92.

contribuindo ainda mais para o aumento das taxas de desemprego, que engrossam as estatísticas frias e insensíveis:

"Deve-se lembrar também como é pouco importante a sorte das almas e dos corpos camuflados nas estatísticas e usados apenas como um modo de calcular. São as cifras que contam, mesmo que não correspondam a nenhum número verdadeiro, a nada de orgânico, a nenhum resultado (...)"²⁸

Os números apresentados pelas pesquisas e institutos econômicos apontam uma elevação dos percentuais, mas não identificam as causas primeiras do desemprego que nada mais é que a substituição da força humana pela máquina, acarretando a extinção de profissões e trabalhos, e ainda mais, as elevadas taxas de indivíduos destituídos dos seus cargos se devem a dispensa, em grande parte, da antiga criação de riquezas efetuada pela produção de mercadorias pelos operários nas fábricas. Esta ultrapassada maneira de acumular capitais é substituída pelas vantagens auferidas dos lucros mais rápidos e exorbitantes dos mercados virtuais. Estes capitais virtuais, obtidos na maioria das vezes através da especulação executada nas bolsas de valores, não empregam um contingente considerável de pessoas, mas pelo contrário, exigem apenas poucos materiais para sua execução, como esclarece a romancista Viviane Forrester:

"Esses mercados não desembocam em nenhuma "criação de riquezas", em nenhuma produção real. Não necessitam sequer de endereços imobiliários. Não utilizam pessoal, já que

²⁸ Idem, *O horror econômico*, p. 10.

*bastam alguns telefones e computadores para atingir os mercados virtuais.*²⁹

A ausência de pessoas nestes mercados virtuais, e principalmente, a importância que ganham em detrimento do trabalho humano pela alta rentabilidade oferecida, atraem, entre tantos outros indivíduos, os proprietários das empresas que passam a apostar vultosas somas nestes empreendimentos que, em muitas vezes, são passíveis de reviravoltas surpreendentes, destruindo fortunas inteiras da noite para o dia, e o pior, contribuindo para a crise econômica que afeta os países e se manifesta nos altos índices de desemprego, mas assim mesmo, a empresa ainda adquire na mentalidade dominante, a função social de prestadora de um grande benefício a sociedade.

O caráter de caridade que se institui na figura da empresa cidadã, auxiliadora do Estado com seus impostos e geradora de empregos para a população faz com que, em tempos difíceis, sejam aplicados recursos financeiros realizados pelos dirigentes governamentais nas instituições privadas, com o intuito de aumentar as vagas empregatícias, mas diferentemente do esperado, assim que as entidades privadas retomam o seu crescimento, as subvenções e isenções de taxas oferecidas pelo poder público são utilizadas para aumentar os recursos necessários a otimização dos equipamentos poupadores de mão-de-obra, quando não migram para outras localidades com serviços mais baratos e vantagens fiscais mais condizentes com seus interesses imediatos, deixando em seu lugar, regiões decadentes com milhares de desempregados.

²⁹ Idem, *O horror econômico*, p. 88.

A função social que a empresa ocupa na sociedade é desmistificada pelo fato de não se constituir numa obra beneficente, visando o bem-estar social, mas acima de tudo, de se apresentar como uma entidade que visa, exclusivamente o lucro, não importando as dificuldades e problemas que porventura seus empregados venham a ter, em caso de serem colocados para fora de seus quadros de funcionários, como deixa bastante claro a citação abaixo:

"Repita-se: a vocação das empresas não é serem caridosas. A perversidade consiste em apresentá-las como aquelas "forças vivas" que seguiriam mais propriamente imperativos morais, sociais, abertos para o bem-estar geral, quando elas têm de seguir um dever, uma ética, não há dúvida, mas que lhe pedem para produzir lucro, o que em si é totalmente lícito, juridicamente sem mácula."³⁰

As empresas na verdade não se constituem em "forças vivas", e grande parte dos empresários não desempenham uma função social, antes disso, aceitam as medidas pregadas pelos organismos internacionais que justificam a adoção da flexibilidade do trabalho, como única alternativa possível para os lucros aumentarem. Este crescimento econômico é enganoso, uma vez que os funcionários admitidos, através de um contrato temporário de trabalho, não aproveitam a mais valia extraída de sua produção, e tão logo satisfaçam a carência de um determinado serviço na empresa são, rapidamente, despejados de seus empregos, sem uma garantia de estabilidade, e nem sequer um

³⁰ Idem, *O horror econômico*, p. 85.

atendimento médico que venha precisar no decorrer de sua existência no lugar em que vive.

A flexibilidade do trabalho analisada deste ângulo traz conseqüências desastrosas para o trabalhador que, no momento presente, o sentido que se visualiza é de agravamento das condições de vida, cuja tendência é uma intensificação da prática do trabalho temporário e uma diminuição dos encargos sociais, tanto das empresas nas indenizações trabalhistas, quanto do Estado no corte de verbas na área social, onde os seguros-desemprego são reduzidos, de tal maneira que as pessoas acabam socializando as despesas, mas quem acaba privatizando os lucros é o grande capital financeiro internacional. A instalação extrema da flexibilidade do trabalho se manifesta na implantação do “trabalho a hora zero” verificado na Grã-Bretanha que martiriza o trabalhador, uma vez que este recebe apenas quando há trabalho na empresa, mas dificilmente é chamado a realizar algum serviço, passando a maior parte do tempo sem um meio de sobrevivência, como exemplifica Viviane Forrester:

“Os empregados só são remunerados quando trabalham. Normal. Sim. Mas... eles só são empregados de vez em quando e, nos intervalos, devem imperativamente esperar em casa, disponíveis e não remunerados, até serem chamados pelo empregador quando este julgar conveniente, pelo tempo que considerar desejável! O empregado deverá apressar-se para retomar a tarefa por um tempo limitado.”³¹

³¹ Idem, **O horror econômico**, p. 120.

O “trabalho a hora zero”, bem como a conjuntura flexível do trabalho, impulsiona o trabalhador a desempenhar outras funções, além daquelas atividades realizadas quando são chamados a prestar um determinado serviço, ora visto que o tempo em que permanecem em casa não é remunerado e a única escolha que resta para adquirir os bens necessários a sua manutenção se apresenta como a realização de outras profissões diferentes do aprendizado que possui, de tal forma que a especialização numa dada área não se constitui mais em sinônimo de empregabilidade, mas pelo contrário, o saber fazer de várias coisas, assim como os certificados, diplomas, títulos, artigos e palestras acumulados no decorrer de sua vivência, sem esquecer o “bom relacionamento”, e uma certa influência, são indispensáveis para uma oportunidade a mais sobre o outro candidato às poucas vagas que ainda sobrevivem no mercado de trabalho.

O caminho que se apresenta é obscuro para o trabalhador se não cumprir toda esta falácia de exigências. Na verdade, elas servem apenas para justificar uma exclusão, e não exprimem o significado maior que se esconde atrás da qualificação profissional que são as poucas vagas no mercado de trabalho, sendo que estes diminutos cargos já estão garantidos a determinadas pessoas pertencentes a certos grupos dominantes. Esta visão pessimista se amplia, principalmente quando se pensa no papel do sindicato, na atualidade, caracterizado pelo seu enfraquecimento perante a flexibilidade do trabalho que impede a continuidade do funcionário na empresa, e sua posterior organização em torno de reivindicações de interesses comuns, no que traz à tona Viviane Forrester:

*"(...) os sindicatos não precisarão mais grassar nessas paisagens. O vaivém permanente, a brevidade das temporadas em empresas cujo funcionamento não se tem tempo de integrar, por onde apenas se passa, onde se fica isolado, tornarão inoperantes os sindicatos."*³²

A função dos sindicatos há algumas décadas atrás, tinha uma importância vital na luta por melhores salários e mais horas de lazer, onde as greves no ABC Paulista se mostraram capazes de reunir milhares de trabalhadores em passeatas e comícios que bramiam as suas aspirações e desejos. Hoje, a grande relevância dos sindicatos se traduz em mediações com os dirigentes das empresas, visando, principalmente, a negociação para os trabalhadores permanecerem empregados, sem engrossar os índices de desemprego, como reflete o artigo da jornalista Liliana Pinheiro, no Jornal O Estado de São Paulo:

"Mais três empresas anunciaram a intenção de reduzir salários e jornada ou suspender contratos de trabalho para enfrentar os próximos meses de recessão: Carterpillar (máquinas), VDO (autopeças do Grupo Mannesmann) e Molas Aços (autopeças). As negociações com sindicatos estão em andamento, mas sindicalistas já tomaram a decisão de que o prioritário é manter os empregos.

*'Na realidade não temos opção', afirmou o secretário-geral do Sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos, Evandro Pereira: 'A única coisa que podemos fazer é exigir, pelo menos maior período possível.'"*³³

³² Idem, *O horror econômico*, p. 119.

³³ *O Estado de São Paulo*, nº 120, quinta-feira, 21 de janeiro de 1999, p. B3.

Em contraposição a idéia de um sindicato forte, a realidade presente mostra o seu enfraquecimento e a aceitação de reduções de salários, juntamente com a diminuição na jornada de trabalho e a suspensão de contratos de trabalhadores, para se evitar as demissões vistas, principalmente, no setor automobilístico. Este contexto debilitado do sindicato evidencia o reconhecimento de uma nova era marcada pela luta para se ter um emprego e continuar a ser explorado, diferentemente do desejo contido no Manifesto do Partido Comunista, elaborado no final de 1847 e princípio de 1848, por Karl Marx e Friedrich Engels que atribuía um caráter revolucionário a classe proletária.

A nova era que se abre traz em seu bojo o sofrimento dos desempregados que se origina pelo sentimento de inadequação a um mundo que suprime o trabalho vivo em favor do trabalho morto³⁴, mas que ao mesmo tempo, exige que se venda a força de trabalho para viver, não permitindo que entendamos o seu prelúdio, uma vez que a disciplina do trabalho se apresenta tão fortemente arraigada em nosso âmago que desviamos a atenção dos motivos verdadeiros da ausência de empregos, para uma falta de qualificação profissional, e até mesmo para os imigrantes, tendo em mente que são entendidos como competidores em potencial pelos empregos ainda existentes no mercado de trabalho, uma vez que as pessoas vindas de outros países vendem sua mão-de-obra a um preço bastante inferior ao oferecido em uma dada localidade, gerando um clima de desconforto e concorrência entre os habitantes nascidos nestes lugares que se materializa em violentos confrontos, diariamente colocados em amostra nos noticiários dos meios de comunicação,

³⁴ O trabalho vivo se refere a força humana empregada, atualmente, em pequena quantidade nas indústrias, enquanto que o trabalho morto diz respeito ao serviço executado pelas máquinas.

como aponta um fato ocorrido na Alemanha, noticiado no Jornal Correio do Triângulo:

"Treze extremistas de direita, conhecidos como "cabeças raspadas", foram detidos pela polícia quando se dirigiam à cidade de Lebedow carregando pedras e coquetéis molotov para dar início a mais uma manifestação racista contra a presença de estrangeiros no país".³⁵

A aversão aos estrangeiros evidenciada na Alemanha pela ação dos "cabeças raspadas", e presenciada no Brasil, pelo tratamento degradante relegado aos nordestinos que migram para a região sudeste à procura de uma vida mais digna, fugindo da seca que castiga a região, e que são tratados como se estrangeiros fossem, longe de revelar uma solução para o problema do desemprego, constitui-se num desvio de suas verdadeiras origens e das poucas vagas no mercado de trabalho, expondo apenas alguns contornos de um horror econômico que se verifica também na indiferença com que são tratados os mendigos e os miseráveis que transitam nas ruas e avenidas de nossas cidades, de tal forma que não sensibiliza mais os nossos sentidos, e nem ao menos, contribui para uma tomada de posição. mas incentiva atos de violência como o caso do índio pataxó, Galdino Jesus dos Santos, queimado em abril de 1997, no Distrito Federal, de acordo com parecer de Damásio E. de Jesus:

Max Rogério Alves, Antônio Novely Cardoso de Vilanova, Tomás Oliveira de Almeida e Eron Chaves de Oliveira, jovens, passeando de carro em Brasília, à noite, por volta das 3h00 da madrugada,

³⁵ Correio do Triângulo, nº 16.033, quarta-feira, 2 de setembro de 1992, p. 7.

resolveram fazer, segundo eles, uma "brincadeira", pondo fogo num suposto mendigo que dormia num banco de um ponto de ônibus. Foram a um posto de gasolina e compraram dois litros de álcool, colocando-os em dois vasilhames de plástico. Mas não executaram o fato de imediato. Rondaram pela cidade e, duas horas depois, por volta das 5h00, dirigiram-se ao local onde a vítima se encontrava. Esconderam o automóvel. Atravessaram a rua e derramaram líquido em Galdino Jesus dos Santos, indígena Pataxó - Hã-Hã-Hãe, que dormia. Riscaram fósforos e o incendiaram, produzindo-lhe a morte.³⁶

A imagem suja e corroída das vestes dos transeuntes menos favorecidos pela atual configuração mundial agride os nossos olhos, e para alguns sugere como forma de solução desta situação conflitante o ato de queimar os corpos dos mendigos e excluídos da sociedade, para se verem livres da presença incômoda e constrangedora da miséria e da pobreza, que apesar dos esforços realizados para exterminá-la, ainda continua viva em nosso cotidiano. Estas atitudes perturbadoras se constituem numa opressão que se apresenta internalizada em nossas mentes, de tal modo que são passadas com uma dada normalidade, eximindo o que na realidade são, a "violência da calma", delineada e percebida pela escritora Viviane Forrester:

"Suas rotinas, aparentemente capazes de atenuar o pior e retardá-lo, giram no vazio e nos mantêm entorpecidos naquilo que em outro lugar eu chamei de "violência da calma". É a mais perigosa, a que permite que todas as outras se desencadeiem sem obstáculo: ela provém de um conjunto de opressões oriundas de uma longa, terrivelmente longa, tradição de leis clandestinas. "A calma dos

³⁶ Trecho extraído do parecer do penalista Damásio E. de Jesus, realizado em 13 de outubro de 1997, sobre o caso do Índio pataxó Galdino Jesus dos Santos, que faz parte do site da Internet, carregado através do endereço: <http://www.tdkom.com.br/allaymer/indio.htm>.

indivíduos e das sociedades é obtida pelo exercício de forças coercitivas antigas, subjacentes, de uma violência e de uma eficácia tal que passa despercebida”, e que, no limite, não é mais necessária, por estar inteiramente integrada: essas forças nos oprimem sem ter mais que se manifestar.”³⁷

A condição violenta a que estamos sujeitos em inúmeras situações de nosso cotidiano, seja na sua forma mais visível através dos crimes hediondos transmitidos nos meios de comunicação, assim como pelo contato direto com os traficantes de drogas que habitam os bairros onde moramos e freqüentam as escolas e locais de lazer próximos às nossas residências. Além disso, se manifesta também à maneira silenciosa, vista e sentida na busca incessante de um emprego que não existe mais em quantidade suficiente para todos, sem esquecer, as piadas e expressões que denotam um tratamento preconceituoso que recebemos de pessoas que se julgam superiores e detentoras de certo poder sobre as ações que praticamos, todas estas opressões, entre tantas outras, necessitam de um entendimento aprofundado, para serem expostas e descobertas, como enuncia O Horror econômico, de Forrester:

“Na falta de soluções fictícias, talvez tenhamos então a oportunidade de perceber, enfim, os verdadeiros problemas, e não aqueles para os quais querem nos desviar. É a partir de uma ruptura com a esperteza das versões apressadas, das percepções factícias, dos simulacros impostos, que será possível abordar aquilo em que estamos realmente

³⁷ FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. 4 reimpressão, São Paulo: Unesp, 1997, p. 18.

implicados. Só assim então é que se poderá tentar esclarecê-lo, e - mas sem nenhuma certeza - até resolvê-lo.³⁸

Em se tratando dos funcionários da Prefeitura Municipal de Uberlândia, “os verdadeiros problemas” se manifestam na quebra da estabilidade do funcionalismo público em 9 de julho de 1997, abrindo um precedente para a demissão, especialmente quando ultrapassar o seu orçamento, como fica impresso no depoimento do prefeito Virgílio Galassi:

“ (...) quando a Prefeitura passar a gastar mais de 60% com folha de pagamento terá, obrigatoriamente, que demitir o excedente”³⁹

Este fato amplia a possibilidade de exoneração do servidor público municipal que se sente pressionado a aceitar determinadas normas pelo fato de não encontrar facilmente uma vaga no mercado de trabalho, acontecimento que inibe uma participação ativa em prol dos seus interesses e da coletividade, ocorrendo justamente o contrário, a atitude de preservação de suas posições no interior da entidade pública.

A quebra da estabilidade do funcionalismo público traz consigo todo um discurso de melhoria dos serviços à medida que pressiona o servidor pela sua provável exoneração, caso não cumpra, perfeitamente, as tarefas que são relegadas a seu cargo. Mas, se analisarmos com mais calma, faz pensar sobre a possibilidade da dispensa dos funcionários por motivos que não agradem os

³⁸ Idem, **O horror econômico**, p. 55.

³⁹ Depoimento do Prefeito de Uberlândia, Virgílio Galassi, publicado no jornal *Correio*, nº 17.533, Uberlândia, sexta-feira, 11 de julho de 1997, p. 3.

ouvidos e as mentes dos dirigentes da prefeitura, mesmo que o trabalhador tenha um bom desempenho nas atividades cotidianas.

O caso do funcionário Lucas Nascimento retrata bem a demissão pelo seu temperamento discordante do pensamento que se apresenta dominante no interior da entidade pública. Este servidor durante a campanha para prefeito em Uberlândia fez uma propaganda para o candidato da oposição e, infelizmente, sofreu a represália pelos seus atos, desembocando no seu afastamento permanente dos quadros do funcionalismo.

A justificativa para a sua demissão se fundamentou no fato de não ser concursado, mas existem como este funcionário várias pessoas que foram contratados sem concursos, inclusive para ocupar os cargos de confiança do Prefeito e Secretários que são preenchidos sem a realização de um teste para o seu ingresso na vida pública, contradizendo os esclarecimentos oficiais e revelando, acima de tudo, o autoritarismo ainda residente na instituição pública, como menciona o trecho do Boletim Informativo do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal:

“Temos convicção de que os intolerantes que exoneraram o Lucas, são os mesmos que perseguem e exilam nas periferias distantes, os servidores estáveis que eles não podem simplesmente descartar.”⁴⁰

O autoritarismo presente nos corredores da entidade pública faz insinuar se a quebra da estabilidade, realmente, irá trazer a qualidade nos serviços que, ora visto pelo constrangimento provocado pela pressão de ver a

⁴⁰ Boletim Informativo do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal (Sintrasp), p. 1, fevereiro/março de 1997.

qualquer momento expulso das folhas de pagamento causa mais insatisfação do que motivação para empreender as atividades diárias de seus cargos, ainda mais se levarmos em conta a demissão por apoiar outros candidatos que não correspondam as expectativas dos grupos sociais dirigentes dos rumos desta instituição.

O desemprego surge, então, como um fantasma que amedronta as mentes dos trabalhadores na Prefeitura Municipal de Uberlândia. Aliás, entre eles as mulheres perfazem um contingente extraordinário, ocupando diferentes atribuições, desde auxiliares de serviços gerais, passando por oficiais administrativos e professoras até se incumbir das funções de chefes de setores e secretárias, evidenciando a incorporação feminina no mercado de trabalho. Isso, é uma forte evidência de que a classe trabalhadora “não é exclusivamente” masculina, mas convive, sim, com um enorme contingente de mulheres, não só em setores como o têxtil, onde tradicionalmente sempre foi expressiva a presença feminina, mas em novos ramos, como a indústria microeletrônica, sem falar no setor de serviços”⁴¹.

Contudo, apesar das várias modificações com o passar do tempo, no plano das relações de poder entre homens e mulheres, pouco foi modificado, sobretudo quando analisamos os cargos ocupados pelas mulheres e homens nas diversas secretarias que compõem a Prefeitura Municipal de Uberlândia, como fica evidente pela tabela seguinte:

⁴¹ ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 5 ed., São Paulo: Cortez, 1998, p. 45.

CARGOS OCUPADOS PELAS MULHERES E HOMENS NAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA - 1996-2000.	
ENTIDADES	SECRETÁRIO(A)
Secretaria Municipal de Administração	Antonio Andrada Prieto
Secretaria Municipal de Agropecuária e Abastecimento	Custódio Gonçalves de Oliveira
Secretaria Municipal de Cultura	Terezinha Aparecida Magalhães de Lima
Secretaria Municipal de Desenvolvimento	Paulo Ferolla da Silva
Secretaria Municipal de Educação	Ilar Garotti
Secretaria Municipal de Finanças	Luiz Humberto Carneiro
Secretaria Municipal de Indústria Comércio e Turismo	Edson César Zanatta
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Cláudio Guedes
Secretaria Municipal de Obras	Manuel Roberto Rispoli Alves
Secretaria Municipal de Planejamento	Reny Simão
Secretaria Municipal de Saúde	Paulo Roberto Salomão
Secretaria Municipal de Serviços Urbanos	Antônio Carrijo
Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social	Josefina Maria dos Reis
Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes	Sérgio Vieira Attiê
Diretoria Central de Operações	Paulo Euclides Ochiucci
Procuradoria Geral do Município	Oscar Virgílio Pereira

Fonte: Os dados foram obtidos na Prefeitura Municipal de Uberlândia por intermédio da consulta no endereço eletrônico: www.uberlandia.mg.gov.br, no dia 20/12/1999.

Entre os cargos preenchidos nas secretarias da Prefeitura Municipal de Uberlândia, as mulheres ocupam apenas três secretarias, implicando ainda na necessidade de urgentes transformações, a começar por uma inserção maior do sexo feminino nos centros de decisão, sem contudo, gerar a desigualdade entre os sexos, mas justamente o contrário, igualar as relações entre os homens e as mulheres, principalmente quando se avista uma tendência negativa nos efeitos da terceirização.

A era em que vivemos é marcada por uma transformação intensa no mercado econômico e de trabalho, que por sua vez reflete diretamente nas relações sociais de milhões de pessoas, não apenas do Brasil, mas em todo o mundo, atingindo, em especial, os trabalhadores, que se vêem envolvidos com

as difíceis problemáticas do desemprego, perda de direitos conquistados, falta de estabilidade no emprego e diminuição dos salários, entre tantas outras situações que afligem o pensamento e o bolso de quem precisa vender a sua força de trabalho para sobreviver.

Na coletânea de artigos, reportagens e colunas, entre outras modalidades do jornalismo opinativo e informativo, foram coletados 50 textos jornalísticos, todos relacionados ao tema sobre o servidor público no Arquivo Público Municipal da cidade de Uberlândia. Dentre as informações resgatadas, cabe mencionar a greve ocorrida em 10 de julho de 1986, como retrata a reportagem do Jornal O Triângulo:

“A Associação dos Servidores Municipais de Uberlândia, após prolongadas reuniões durante a tarde e noite de quarta-feira, determinou a paralização de todos os servidores a partir de zero hora de quinta-feira.

Os efeitos da greve não chegaram a ser sentidos ontem pela população e ao encerrarmos esta edição, calculava-se que 70% dos servidores haviam cruzado os braços.” (sic)⁴²

A relevância desta greve está na força que os servidores possuíam em 1986, evidenciado pelos 70% de servidores que ingressaram no movimento, especialmente pelos trabalhadores inseridos na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos que comportava o maior número de atividades referentes à prestação de serviços públicos, seja na varrição, seja na capina manual de terrenos baldios, e que agora, os funcionários públicos se encontram

⁴² O Triângulo, nº 5.986, sexta-feira, 11/07/1986, p. 1.

desprovidos das mesmas armas que utilizaram durante a realização desta referida paralisação.

Atualmente, é difícil pressionar os dirigentes do poder público municipal, haja vista a assustadora terceirização das atividades, antes todas desempenhadas pela Prefeitura Municipal de Uberlândia, e na conjuntura atual relegadas, em grande parte, à iniciativa privada. O exemplo mais evidente se trata da coleta de lixo que era executada pelos funcionários estabelecidos na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, e na realidade presente, tal serviço é dividido entre a Prefeitura de Uberlândia, e as empresas Limpel Atividades Urbanas Ltda e Urbtec Saneamento Ambiental Ltda.

Os prejuízos causados por esta terceirização refletem, principalmente, no poder de reivindicação dos servidores durante a greve, uma vez que seu poder de barganha é anulado pelo esvaziamento da mobilização, já que a grande maioria dos funcionários que participavam da manifestação estavam lotados na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, e infelizmente agora não existem tantos servidores neste local, uma vez que os serviços são realizados, em grande medida, pelos trabalhadores contratados por outras empresas.

Pensando esta questão da transferência dos serviços públicos para a iniciativa particular, percebe-se também que os trabalhadores contratados pela empresas particulares para executar os serviços da prefeitura não usufruem das mesmas conquistas dos funcionários municipais, posto que não possuem nenhum vínculo empregatício com a municipalidade.

A contratação de empresas privadas para a execução de serviços públicos pela Prefeitura Municipal de Uberlândia é apenas uma consequência da internacionalização e mundialização do capital iniciada no século XIX, e que

hoje recebe o nome de globalização, como tão bem lembra os pensadores Karl Marx e Friedrich Engels:

"A necessidade de mercados cada vez mais extensos para seus produtos impele a burguesia para todo o globo terrestre. Ela deve estabelecer-se em toda parte, instalar-se em toda parte, criar vínculos em toda parte."⁴³

A burguesia possui uma força revolucionária que impele um ritmo assustador no mercado econômico, de tal modo a imprimir uma constante otimização dos equipamentos e maquinaria, chegando a toda parte, inclusive nos serviços que eram de domínio público. Esta busca incessante pelo aperfeiçoamento da técnica pode ser verificada na sua forma mais visível através da maneira como os computadores são construídos, um após o outro, tendo em mente uma maior velocidade de processamento, executando o máximo de operações num intervalo de tempo infinitamente menor do que o primeiro microcomputador fabricado, o mesmo acontecendo com os programas utilizados em sua memória, bem como às várias linguagens que vão surgindo, cada vez mais eficientes e com mais recursos que as anteriores.

Estas transformações intensas acabam por exigir gastos com a troca de máquinas e softwares, num curto intervalo de tempo, incentivando os donos das empresas a trocar a maquinaria e programas, sob o prejuízo de se verem prejudicados na concorrência com as outras empresas que empregam uma estrutura superior à sua. Este constante acompanhamento faz com que sejam empregados grandes investimentos a todo momento neste setor, causando o

⁴³ KARL, Marx e ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Petrópolis: Vozes, 1988, p. 69.

endividamento crescente das empresas que não conseguem arcar com os custos deste progresso injusto e destrutivo.

Quase sempre vemos nos noticiários de jornais ou nas revistas, a falência de uma empresa justamente porque não conseguiu acompanhar o ritmo desenfreado e exaustivo da concorrência e competitividade tão presente no mercado, tanto nacional quanto internacional. Vemos também que logo após a decadência de uma empresa, segue o esfacelamento de regiões inteiras que dependiam quase que exclusivamente dos impostos arrecadados e empregos criados com a localização estratégica de tais conglomerados econômicos.

O desemprego e a pobreza se tornam infelizmente uma conseqüência do desmoronamento das empresas, face a concorrência e o padrão de produtividade imposto pelo mercado. Estamos diante de uma crise do sistema produtor de mercadorias sem precedentes na história da humanidade que avança indiscriminadamente através dos vários países na brilhante reflexão do sociólogo alemão Robert Kurz:

“A lógica da crise está avançando da periferia para os centros. Depois dos colapsos do Terceiro Mundo nos anos 80 e do socialismo real no começo dos anos 90, chegou a hora do próprio Ocidente.”⁴⁴

A crise do mercado econômico a nível mundial evidenciada por este sociólogo que previu o colapso dos tigres asiáticos, alastra-se também pelo mercado de trabalho, eliminando os postos de emprego na medida em que as empresas não suportam a alta competitividade do mercado e acabam fazendo

⁴⁴ KURZ, Robert. **O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. 4 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993, p. 206.

cortes nas suas despesas, influenciando no abaixamento dos salários, bem como na dispensa de trabalhadores, quando não entram em falência, aumentando os números do desemprego.

Esta situação instável do mercado de trabalho afeta diretamente os funcionários públicos municipais, que se vêem impossibilitados de melhorias salariais, e o pior, com as mãos atadas para reivindicar uma condição de vida melhor se relevarmos a diminuição de seu poder de enfrentamento com o grupo social que domina a entidade pública pela tamanha força adquirida graças à terceirização de serviços indispensáveis ao bem-estar social.

A alternativa possível que aparece como meio de sanar e suprir as deficiências de um salário que não abrange as mínimas condições de existência, é o acréscimo de trabalho nas costas do trabalhador, que em nada contribui para a superação e saída da crise econômica, aumentando apenas a carga de esforço do funcionário público municipal. É o que se presencia nas atividades diárias de muitos servidores públicos municipais que são obrigados a ingressar no mercado de trabalho informal, em grande medida por não existir lugares disponíveis no mercado de trabalho formal devido à crise do sistema produtor de mercadorias, como forma de complementar o seu orçamento familiar e garantir, por assim dizer, o sustento próprio e de seus dependentes.

CAPÍTULO II

DIFICULDADES E RESISTÊNCIAS NO COTIDIANO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

A manifestação dos trabalhadores frente às atitudes e pensamentos dos grupos sociais proprietários dos meios de produção e detentores dos saberes científicos e tecnológicos, nem sempre é perceptível em toda a sua amplitude, sendo vista mais claramente na greve que assume um papel preponderante, inclusive nos estudos do meio acadêmico. Mas, se verificarmos com cuidado os espaços freqüentados pelas pessoas que necessitam vender a sua força de trabalho para sobreviver, encontraremos uma infinidade de passagens que atestam outros meios de fazer valer os seus direitos e aspirações.

Para Marilena Chaui⁴⁵, o *Dia da Amnésia* na empresa COSIPA é bastante ilustrativo do “sentido inesperado” que os trabalhadores se apropriaram de uma situação para lutar pelos seus interesses, sem passar pela greve que era considerada ilegal, ainda mais que o lugar era classificado como zona de segurança nacional. Os operários impossibilitados de contar com o sindicato tido como “pelego”, transformaram as portas do banheiro num informativo para organizar uma manifestação, sendo devidamente apagadas pelos últimos a utilizarem suas dependências.

Na data esperada para o acontecimento do *Dia da Amnésia*, “os operários da COSIPA sofreram um repentino esquecimento: esqueceram em

⁴⁵ CHAUI, Marilena. **Conformismo e Resistência: Aspectos da Cultura Popular no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 44-45.

casa o documento de identificação”⁴⁶, imprescindível para a entrada no estabelecimento, gerando uma dificuldade para adentrar o local que, logo se fez sentir na paralisação dos altos-fornos, pressionando a direção a negociar com os trabalhadores, sem contudo, infringir a lei que proibia a greve.

O ato dos operários da COSIPA expressa uma alternativa diferente de encarar as dificuldades do cotidiano que se transportamos para a realidade dos funcionários da Prefeitura Municipal de Uberlândia, devidamente ressaltadas as diferenças do evento, possibilita reconhecer algumas práticas desenvolvidas pelos servidores, como a utilização dos atestados médicos que garantiram uma forma de burlar o ambiente de trabalho.

Os atestados médicos, apesar de não possuírem o caráter de uma reivindicação para toda a categoria, possibilitando apenas resolver algumas dificuldades particulares, seja descrito por uma doença, seja delineado nos problemas familiares, transformou-se na apropriação de um recurso legal que permitiu, enormemente, o trabalhador se ausentar por um determinado período de tempo do seu serviço, mas que, posteriormente, foi identificado pelos dirigentes municipais:

“No dia 12/04/97 a televisão divulgou que a Administração Municipal vai investigar o motivo do elevado número de atestados médicos que resultaram no afastamento de servidores.”⁴⁷

⁴⁶ CHAUI, Marilena. **Conformismo e Resistência: Aspectos da Cultura Popular no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 44.

⁴⁷ **Boletim Informativo do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal (Sintrasp)**, p. 3, abril/maio de 1997.

O fato da ocorrência de um grande número de atestados médicos, infelizmente, foi revertido contra os funcionários públicos municipais, colaborando para justificar a crise econômica que afeta o IPREMU - Instituto de Previdência Municipal, e acima de tudo, colaborou para a tomada de uma série de medidas que restringiu o acesso tanto dos servidores quanto dos seus dependentes aos serviços médicos e odontológicos. Prova isso, a Resolução 001/97, que imprimiu entre tantas medidas diminutivas dos seus direitos, o Artigo 2º, com o seguinte teor:

"Art. 2º - O segurado do IPREMU, ao utilizar-se de consultórios médico particulares, terá direito mensalmente a uma primeira consulta onde o IPREMU arcará com a totalidade de seu valor.

§1º - Na segunda consulta o custeio do IPREMU será de 50% (cinquenta por cento).

§2º - A partir da terceira consulta o segurado arcará com o custeio integral."⁴⁸

Cabe lembrar que esse tipo de afastamento dos servidores, mesmo que seja utilizado como instrumento de recusa ao trabalho por alguém, não pode ser tratado generalizadamente como vontade de abstrair por algum tempo do trabalho "fatigante", pelo motivo de efetivamente ocorrer um grande número de doenças, como as Lesões por Esforços Repetitivos (LER), muitas vezes não registradas na Comunicação de Acidente de Trabalho, mas que concorrem, igualmente, para o número extraordinário de atestados médicos que foram apropriados como motivo para a degradação dos serviços de saúde.

⁴⁸ Boletim Informativo do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal (Sintrasp), p. 3, junho de 1997.

As Lesões por Esforços Repetitivos, entendidas como “doenças músculo-tendinosas dos membros superiores, ombros e pescoço, causadas pela sobrecarga de um grupo muscular particular”⁴⁹ são oriundas, em grande medida, da postura incorreta do funcionário nos equipamentos que utiliza no decorrer do dia. Nesse aspecto, se voltarmos nossos olhares para a Prefeitura Municipal de Uberlândia, vemos o seu agravamento pela inadequação do mobiliário nos afazeres diários, principalmente dada a inexistência de cadeiras apropriadas em quantidade suficiente para todos.

A falta de materiais adequados ao trabalho se explica, ora devido a insensibilidade dos dirigentes municipais em realizar a compra, ora em virtude da morosidade do processo aquisitivo quando se dispõe a atender a solicitação do material, essencialmente quando se trata de um processo licitatório em que devem ser respeitados os prazos de apresentação das propostas de venda, e sobretudo, os prováveis recursos impugnando o proponente vencedor, salvo quando o interesse pela compra ou execução de um serviço é bastante elevado que impõe a quebra das etapas legais.

O aumento da intensidade do trabalho ocasionado, ora pelo temor de se perder o emprego, ora acelerado pelo aumento do ritmo de trabalho em determinados setores, para compensar a redução da jornada de trabalho colabora para o acentuado percentual de trabalhadores portadores de Lesões por Esforços Repetitivos, que são ocultados pela ausência de uma contagem específica para se avaliar a gravidade do problema apenas estimado na duplicação de 200 para 400 casos ocorridos no ano de 1999.

⁴⁹ Trecho extraído do folheto L.E.R - Prevenção: o melhor remédio publicado pelo Centro de Apoio Empresarial, Uberlândia-MG.

O caminho para analisarmos a resistência dos trabalhadores se apresenta “tortuoso”, especialmente quando constatamos inúmeros problemas, como as Lesões por Esforços Repetitivos que não recebem a devida atenção, sendo tidas apenas como sinal da “ferdesa” do funcionário. Porém, se voltarmos nossos esforços para outros lugares fora do âmbito de trabalho, sem ter que passar, necessariamente, pela via do sindicato, podemos vislumbrar nas moradias dos trabalhadores uma infinidade de detalhes que enriquecem o conhecimento e contribuem para pensarmos em novas possibilidades não apenas para engrandecer a pesquisa, mas para refletirmos sobre as relações dos seres humanos. Como resgata o professor Antônio de Almeida,

“(...) caminhando em direção oposta àquelas que negligenciam o local da moradia por considerá-lo destituído de significado político, esse é um espaço que aqui está sendo compreendido como um fértil terreno constitutivo de sociabilidades e identidades coletivas no qual os indivíduos, para além das relações formais do mercado, são identificados não apenas pelo que fazem ou possuem, mas também, pela sua própria condição de sujeito social.”⁵⁰

A investigação da moradia dos funcionários públicos municipais permite bem mais do que entender o seu universo material e simbólico, uma vez que amplia a possibilidade de falarmos com mais detalhes de suas insatisfações e criatividade, sem identificar os seus nomes que, porventura, ocasionaria futuras represálias, como aconteceu com o funcionário Lucas

⁵⁰ ALMEIDA, Antônio de. **Lutas, organização coletiva e cotidiano: cultura e política dos trabalhadores no ABC Paulista 1930-1980**. Tese de doutorado em História Social apresentada à FFLCH/USP. São Paulo, 1996, p. 28. (mimeo)

Nascimento⁵¹. No entanto, a tarefa de expor e interpretar os fatos não é fácil de ser empreendida, principalmente quando adentramos o terreno de um dos mais terríveis sentimentos, a vergonha:

"(...) não há nada que enfraqueça nem que paralise mais que a vergonha. Ela altera a raiz, deixa sem meios, permite toda espécie de influência, transforma em vítimas aqueles que a sofrem, daí o interesse do poder em recorrer a ela e a impô-la; ela permite fazer a lei sem encontrar oposição, e transgredi-la sem temor de qualquer protesto. É ela que cria o impasse, impede qualquer resistência, qualquer desmistificação, qualquer enfrentamento da situação. É ela que afasta a pessoa de tudo aquilo que permitiria recusar a desonra e exigir uma tomada de posição política do presente."⁵²

Para suavizar o impasse criado pela barreira da vergonha de mostrar sua moradia debilitada pelas péssimas condições financeiras e localizadas em bairros afastados da cidade, evidenciando, inclusive a carência dos filhos, foi necessário o relacionamento mais íntimo com os funcionários, e ainda mais, o emprego de uma técnica capaz de preservar suas identidades que desempenhou um papel importante, especialmente quando extraídas as fotografias que, para melhor ocultar a paisagem, foram tiradas em preto e branco, sem pegar o número da casa e o nome do logradouro.

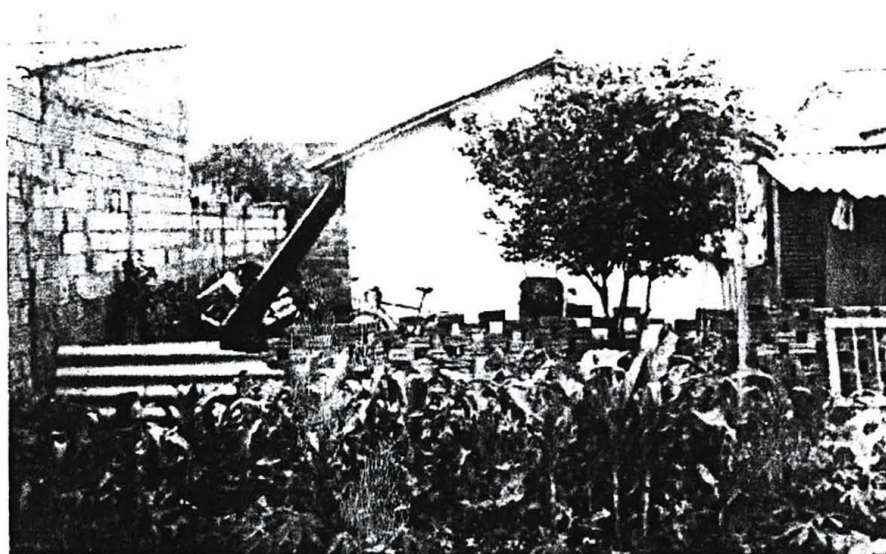
Entre as imagens coletadas, a casa do funcionário JCS merece uma consideração especial, justamente por denotar o esforço para suprir as necessidades da família que não se satisfazem apenas com o salário obtido na

⁵¹ Veja com mais profundidade o caso do funcionário municipal Lucas Nascimento na página 42.

⁵² FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. 4 reimpressão. São Paulo: Unesp, 1997, p. 12.

Prefeitura Municipal de Uberlândia, mas que precisaram da informalidade do trabalho representado pelo serviço de moto-taxi executado durante um determinado tempo, bem como dos recursos financeiros de “bicos” empreendidos, inclusive, na realização de pesquisas encomendadas durante o período de eleição, para complementarem suas despesas familiares.

MORADIA DO FUNCIONÁRIO JCS



Vista do fundo da casa do funcionário público municipal JCS fotografada no dia 14/11/1998, no Bairro Morumbi. Do lado esquerdo, juntamente com a bicicleta se encontra a moto utilizada para o serviço de moto-taxi.

A imagem da moradia de JCS transparece uma pequena horta com o cultivo de milho e mandioca, para fortificar a alimentação de sua família que se torna uma prática comum, não apenas restrita ao universo dos servidores mais carentes da prefeitura, mas vista de forma geral pela cidade de Uberlândia, denotando a presença dos valores rurais no meio urbano. Aliás, trata-se, acima

de tudo, de um instrumento para acrescentar uma renda ao salário conquistado na entidade pública, como podemos visualizar na placa "vende-se couve" da casa de um outro funcionário público municipal, JSF, localizada no Bairro São Jorge I:

MORADIA DO FUNCIONÁRIO JSF

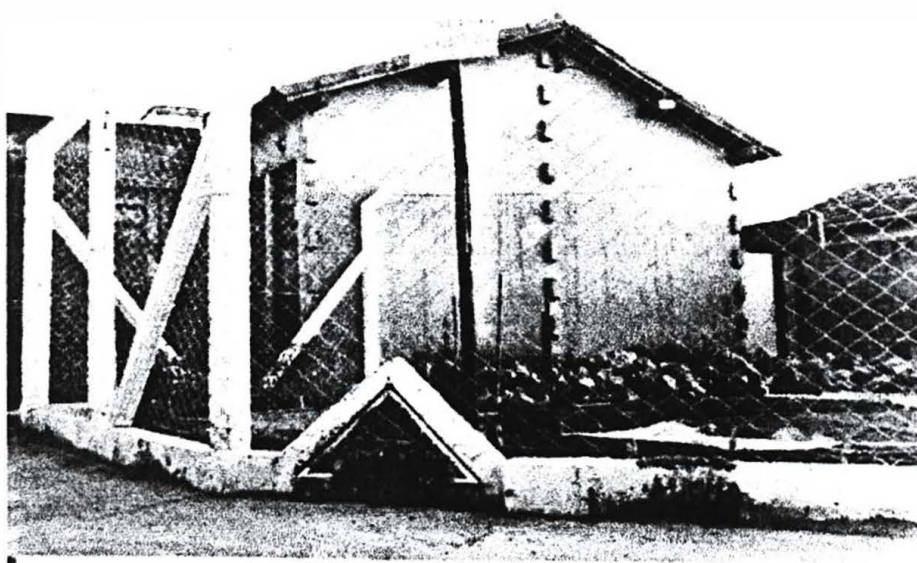


Foto da casa do funcionário público municipal JSF, extraída no dia 15/11/1998, no Bairro São Jorge I.

A precariedade do trabalho presenciada, em especial, na venda de hortaliças e serviços de moto-taxi, de determinados funcionários da prefeitura, constitui um modo de garantir a sobrevivência que, apesar de expressar uma forma de resistir no espaço e no tempo, apresenta a insegurança de não oferecer um recurso financeiro que se possa contar com mais assiduidade, especialmente quando forem realizar compras a prazo ou necessitar de medicamentos e cuidados médicos inesperados. Se avançarmos um pouco

mais na análise ainda se trata de um esforço a mais que o trabalhador é obrigado a realizar para suprir a deficiência de seu salário a mais de cinco anos estabilizado.

O cenário que se apresenta para os servidores municipais é sombrio, ainda mais se tomarmos conhecimento de sua entidade representativa que se encontra enfraquecida pela conjuntura expressa na terceirização dos serviços e pelo desemprego. Contudo, apesar da crise atual, percebemos na antiga Associação dos Servidores Públicos Municipais, quando ainda não havia se transformado em sindicato, o empenho nas eleições de sua instituição, sobretudo, na concorrência entre a chapa do prefeito e a chapa dos funcionários que permite, inclusive, evidenciar um espaço de luta em que se chocam entre si tanto o discurso da imprensa quanto o desejo do então prefeito, Zaire Resende.

A grande maioria dos trechos jornalísticos concernentes aos funcionários públicos municipais resgatados junto ao Arquivo Público Municipal de Uberlândia remete à vitória da Chapa TREMBÃO, responsável pelos rumos da ASPM (Associação dos Servidores Públicos Municipais) constituída em 1977 pelos servidores públicos municipais, e que mais tarde encabeçaria a greve de 1986, liderada pelo ex-padre Antônio Lopes, então dirigente desta entidade, criando uma luta árdua com a administração municipal por melhores condições de vida, como tão bem retrata a reportagem publicada no Jornal O Triângulo:

"O Prefeito Zaire Rezende está vivendo um momento em que a Democracia Feita em Casa, começa a criar problemas à sua administração. Os servidores municipais, antes pacatos e ordeiros, agora já estão imbuídos do espírito de abertura democrática e prometem através de sua Associação colocar algumas pedras no

*caminho do prefeito. A luta será travada entre duas chapas e a disputa parece que vai ser uma guerra. De um lado, uma chapa conservadora, ainda dentro do antigo modo de agir, e de outro a chapa revolucionária, tendo a frente um ex-padre e líder do movimento que obrigou à Municipalidade (com o dinheiro do povo é claro) a decretar a trimestralidade dos salários. O certo é que de Zaire, o relacionamento prefeito-servidores, nunca mais será o mesmo.*⁵³

Este texto jornalístico evidencia a competição entre duas chapas que concorreram à eleição da diretoria da ASPM, no final do ano de 1985, onde acirrava-se uma disputa ferrenha entre a chapa TREMBÃO estruturada a partir dos funcionários públicos municipais e a chapa DESPERTAR montada pelo prefeito Zaire Rezende com o objetivo de defender os interesses dos dirigentes do poder público municipal. Porém, bem mais que um embate entre dois lados opostos e antagônicos, está em jogo também um discurso que visa homogeneizar os trabalhadores.

Este discurso abrangente se traduz na expressão, “antes pacatos e ordeiros”, que reflete a relação de submissão e obediência esperada por quem está à frente dos rumos e destinos de determinado empreendimento, e necessita eliminar qualquer forma de resistência à dominação e aos interesses dos grupos que detém o poder em certos momentos, como esclarece a filósofa Marilena de Sousa Chauí:

⁵³ O Triângulo, nº 5.766, Sexta-feira, 27/12/1985, p. 3.

“O discurso competente é aquele que pode ser proferido, ouvido e aceito como verdadeiro ou autorizado porque perdeu os laços com o lugar e o tempo de sua origem”⁵⁴

O discurso competente se estabelece em virtude de estar “fora do lugar” e “fora do tempo”. Primeiramente, a fala do grupo dominante está desligada de seu lugar porque ocorre uma inversão da posição ocupada pelas idéias, uma vez que desloca as idéias dos sujeitos e suas relações, para um espaço completamente diferente da realidade concreta dos agentes sociais, a partir de onde se possa estabelecer os laços de dependência e subjugação. Em segundo lugar, a expressão “fora do tempo” designa o ato de forjar uma outra versão para a história que efetivamente se processa e emana de todos que convivem socialmente, de tal maneira que os funcionários públicos municipais são considerados incapazes de se expressar e lutar pelas suas vontades, cabendo unicamente ao poder instituído o direito de zelar pela felicidade destes servidores.

É preciso, então, identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler, como aponta o historiador francês Roger Chartier:

“As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto

⁵⁴ CHAUI, Marilena de Sousa. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas.** 7 ed., São Paulo: Cortez, 1997.

*reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas”.*⁵⁵

O que é dito e falado esconde uma representação da realidade que é preciso descobrir e expor ao público, e conjuntamente, saber qual o grupo e com que objetivo são forjadas as várias percepções do social, para que acima de tudo, se possa despertar o sentimento de indignação a ponto de denunciar a opressão que aflige o ser humano.

Reagindo contra o preconceito: o caso do funcionário

Luciano de Freitas Machado

Pensando a partir das entrelinhas sobre o que o discurso tende a ocultar, a prática de um funcionário aprovado em concurso público e empossado em estágio probatório em 05 de maio de 1996, na Secretaria Municipal de Saúde - Divisão de Vigilância em Saúde, chamou bastante a atenção, pelo teor discriminatório e pela sua capacidade de colocar a público a injustiça que sofreu por se tratar de um indivíduo com 195 quilos. Como foi noticiado no Jornal O Triângulo,

“Um parecer da Junta Oficial de Inspeção Médica do Município de Uberlândia - Jumo -, da Desmt - Divisão de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, da Secretaria Municipal de

⁵⁵ CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990. p. 17.

*Administração, pode ser o responsável pela exoneração de um jovem que trabalha na Prefeitura Municipal de Uberlândia.*⁵⁶

Este trecho jornalístico chama a atenção pelas mensagens que estão implícitas no seu interior, devidamente articuladas para passar tanto a neutralidade dos meios de comunicação quanto a justificativa para dispensar um trabalhador. Primeiramente, é de se admirar o deslocamento realizado por alguns jornalistas em que o sujeito entendido como o Diretor da Divisão de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho não é destacado como agente da exclusão do funcionário, mas sim um objeto inanimado representado por um “parecer da Junta de Inspeção Médica do Município de Uberlândia”.

Em segundo lugar, é interessante colocar o discurso médico que se apresentou como portador de uma autoridade inquestionável capaz de embasar a exoneração do servidor, anteriormente citado. Contudo, a atitude do servidor, muito pelo contrário do que se esperava pelo discurso competente, não foi de aceitação, mas de total denúncia na imprensa, conseguindo pelo seu carisma uma projeção a nível nacional, como expressa claramente a matéria do Jornal O Triângulo:

“Luciano de Freitas Machado, servidor ameaçado de dispensa do quadro de servidores da prefeitura por excesso de peso, vai ser destaque neste final de semana no programa Fantástico, da Rede Globo, com matéria produzida por Giovanna Carla, da Rede Triângulo. Deverá também ter espaço na próxima edição da revista Veja (...)”⁵⁷

⁵⁶ O Triângulo. nº 9610. terça-feira, 04/03/1997, p. 5.

⁵⁷ O Triângulo. nº 9613, sexta-feira, 07/03/1997, p. 2.

Graças a esta espontaneidade de relatar a discriminação sofrida, foi possível descobrir os interesses dos grupos que se apresentam dominantes no poder público municipal, que para efeito de análise, tenta perpetuar o ideal de um trabalhador condizente com o ritmo e a velocidade em que se apresenta o mercado, atualmente, configurando uma adaptação do corpo físico que precisa ser magro, obediente e servil, adaptado às necessidades dos patrões.

O caso do funcionário Luciano de Freitas Machado é uma oportunidade para evidenciar o “chamado” que os dirigentes governamentais realizam para a população. Entretanto, não há um cumprimento imediato dos seus interesses e aspirações, como é atribuído por Althusser, e é nisso que se apegam o historiador Edward Palmer Thompson, para fundamentar sua crítica ferrenha com todo o ardor de sua autoridade:

“(...) Althusser inventa o recurso (totalmente imaginário) da “interpelação” ou “chamado”, pelo qual o Estado através de seu aparelho ideológico (“religioso, ético, legal, político, estético etc.”) grita para os indivíduos: “Ó você aí!” Basta que o Estado grite, e eles são imediatamente “recrutados” para qualquer “relação imaginária” que esse Estado exija.”⁵⁸

O funcionário Luciano de Freitas Machado recebeu de fato a imposição dos dirigentes da entidade pública municipal para sair dos quadros da prefeitura, mas não atendeu, prontamente, os seus desejos. Muito pelo contrário, partiu para um enfrentamento imediato contra o forte interesse de

⁵⁸ THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

dispensar os seus serviços, e pela via fora da representação do sindicato, ensejando a denúncia nos meios de comunicação.

Porém, para ser readmitido no seu antigo emprego teve que entrar numa clínica de emagrecimento, evidenciando não o atendimento integral dos interesses imbuídos na sua exoneração, mas a aspiração dominante, parcialmente requerida na eliminação da gordura que tanto pesou na decisão de readmitir os seus préstimos na instituição pública.

Essa contraposição ao poder instituído, mas ao mesmo tempo a aceitação de uma imposição estética, expressa a possibilidade de construção de uma história diferente da que vemos nos livros didáticos, e que para o historiador Edward Palmer Thompson⁵⁹ se constitui na recuperação de uma história alternativa que supõe quase sempre polemizar com a ideologia dominante. No caso de Luciano de Freitas Machado é uma oportunidade para colocar na prática o resgate de sua experiência bastante proveitosa no que concerne a brecha que encontrou para continuar no seu emprego, mesmo que, contraditoriamente, o seu emagrecimento tenha sido uma condição primordial para permanecer no cargo.

Trata-se, portanto, de uma história que não comporta linearidades homogeneizadoras, já que o social se apresenta conflituoso e até mesmo contraditório comportando, ao mesmo tempo, práticas de resistência e de acomodação, ainda que, neste último caso, como uma necessidade de sobrevivência.

⁵⁹ É interessante, e ao mesmo tempo riquíssima, a obra, **A formação da classe operária inglesa**, do historiador inglês Edward P. Thompson sobre o processo de fazer-se da classe operária inglesa, que em muito contribui para o estudo sobre o trabalho.

Uma maneira irônica de representar o descontentamento: as charges sobre os funcionários públicos municipais

A tendência da reestruturação do processo de trabalho vista pelo lado do funcionário é pessimista, ainda mais, se levarmos em conta a desmobilização provocada pela terceirização dos serviços públicos municipais e o desemprego que atemoriza as mentes e facilita a incorporação do Programa de Qualidade Total na Prefeitura Municipal de Uberlândia.

Em torno desse quadro "perturbador", as charges publicadas no Boletim do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal trazem uma produção humorística que desperta o sorriso, apesar das dificuldades, sem perder o gancho com a realidade sofrida, construindo, inclusive, alguns significados para o funcionário público, geralmente associadas aos problemas vivenciados nas perdas salariais, bem como na degradação dos serviços de saúde e no complicado relacionamento com os políticos.

Ao lado das conhecidas fontes escritas e orais bastante utilizadas pelos historiadores, a documentação visual, especialmente delineada nos desenhos humorísticos, surge como um importante campo de investigação. No entanto, é preciso se ater a determinados cuidados, uma vez que os desenhos humorísticos não se situam apenas no campo da oposição, favorecendo em alguns momentos os grupos sociais dominantes, e sobretudo, expressam uma ideologia em qualquer local em que sejam produzidos.

Marcos A. da Silva ao discorrer sobre as charges, especialmente do personagem Zé Povo, coloca que durante a Revolta da Chibata de 1910 não se divulgou plenamente o seu acontecimento nas revistas e as poucas notícias,

exceto nos jornais socialistas e anarquistas, revelam um conteúdo de repúdio aos marinheiros que participaram do evento, associando num caso particular a imagem dos revoltosos a figuras demoníacas:

"No centro do quadro, identificados como "Os reclamantes", eles são conduzidos pelo diabo para aquele destino. Observando a cena, Zé Povo dialoga com os marinheiros: "Os reclamantes (cinicamente) - Adeus, Zé! Saudinha, hein? / Zé Povo - Feliz viagem, e que o diabo vos carregue ... sem bilhete de volta!"⁶⁰

A descaracterização da Revolta da Chibata, enviando os revoltosos para o inferno, e conseqüentemente, anulando as reivindicações dos marinheiros que se situavam em torno dos pesados castigos que eram impostos a seus corpos, denota o uso das charges para confirmar o apoio ao governo do presidente Hermes da Fonseca, diferentemente do caráter de oposição que, comumente é atribuído aos desenhos humorísticos.

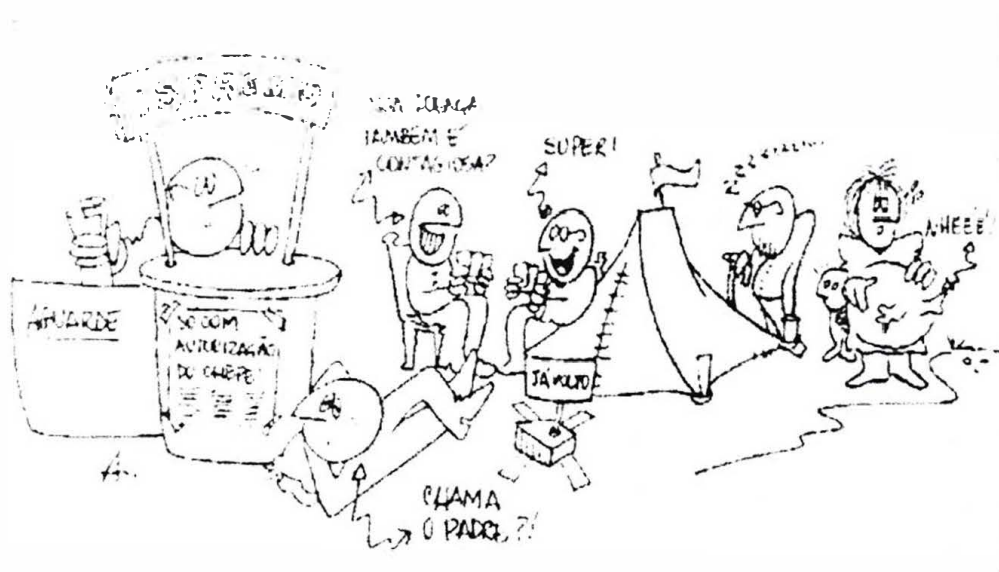
O personagem Zé Povo oscila entre o apoio aos dirigentes públicos e o descontentamento com certas atitudes dos governantes, expressando em cada situação um posicionamento definido frente a realidade que não deixa de refletir o entendimento do conceito de "povo" para os desenhistas da revista *Fon Fon!* criada no ano de 1907.

Os funcionários da Prefeitura de Uberlândia, semelhante ao personagem Zé Povo, adquirem também um significado particular nas charges se percebermos os detalhes que denunciam a forma como os desenhos humorísticos são construídos.

⁶⁰ SILVA, Marcos A. da. **Caricata República: Zé Povo e o Brasil**. São Paulo: Marco Zero, 1990, p. 47. (grifo do autor).

No desenho humorístico intitulado *Radiografia do Ipremu*, é bastante irônica a disposição dos personagens que retratam a degradação da saúde. No balcão de atendimento, a placa "ISPREMU", dando um novo enlace para a palavra IPREMU - Instituto de Previdência Municipal, designa bem a pressão que o servidor municipal sofre, tendo que se sujeitar a pedir autorização do chefe para consultar, fora a longa fila, esperando o tratamento, como podemos visualizar na charge abaixo:

RADIOGRAFIA DO IPREMU



Fonte: Boletim Informativo do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal,
p. 2, setembro de 1996.

Nesta produção humorística, ainda se nota a extrema semelhança dos personagens, transparecendo a tentativa de apresentar os funcionários públicos municipais como um grupo homogêneo, sem divergências de idéias, unidos em torno de uma problemática em comum, os péssimos serviços de saúde. O formato dos personagens é quase idêntico, inclusive a roupa, sendo que os acessórios, como os óculos e a bengala cumprem o papel de diferenciar cada ator.

De um lado, a idade dos personagens é dada pela encurvadura dos ombros, anunciando se tratar de uma pessoa idosa que precisa, sobretudo de um apoio físico para sustentar o corpo. Por outro lado, o aspecto de uma criança é delineado pelo tamanho menor da figura humana e pela fragilidade do ser que precisa se proteger atrás do ente feminino representado pela sua progenitora.

O sexo, por sua vez, é descrito pela gravidez que denota, inclusive, o incômodo do bebê dentro do ventre da mulher pela demora no atendimento médico. É interessante ainda salientar, o personagem feminino é o único que possui cabelos, sendo o restante das figuras carecas, podendo ser interpretado como o estilo do autor ou como o excesso de preocupações que faz com que o cabelo caia.

Outra charge que desperta a atenção pelo teor cômico, é o "Servidor na Fila de Pagamento". Este quadro apresenta, novamente, a enorme fila, só que agora, mostrando a interação com uma máquina, metamorfoseando a insensibilidade dos dirigentes municipais quanto as perdas salariais avaliadas em 35,97% até fevereiro de 1997.



Fonte: Boletim Informativo do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal, p. 3, fevereiro/março de 1999.

É digna de nota, a diferença entre o desenho sobre o Ipremu e a imagem do "Servidor na Fila de Pagamento", o funcionário público surge com uma heterogeneidade de roupas, distinta da charge que denuncia o péssimo atendimento médico. Porém, ainda se presencia alguns traços, como os narizes enormes, que imprimem algo de comum na figura. Além, é claro, do fato de todos estarem aguardando na fila.

A homogeneidade dos funcionários públicos municipais preterida nas duas charges, ora pelo formato semelhante dos personagens, ora pelo nariz acentuado dos desenhos, está longe de se concretizar na realidade em ações e pensamentos idênticos, uma vez que se manifesta, desde a hierarquia das funções, passando pelos salários diferenciados, até atingir os inúmeros e variados desejos de cada ser humano, a diferença que distingue os trabalhadores.

A diferença de idéias e aspirações entre as pessoas, distante de afastar a luta por uma sociedade em que preze a liberdade e igualdade, é de suma importância, posto que permite identificar a origem dos conflitos, e mais ainda, cria um terreno fértil para se contrapor aos interesses de outros grupos sociais que pretendem imprimir a todo custo o seu entendimento acerca da realidade, silenciando as falas contrárias, para ensejar melhor a sua entonação sobre o que compreendem ser o melhor para todos.

Retratando as diferenças entre as pessoas, o desenho humorístico "Coisas que entraram num ouvido ... e saíram no outro" coloca duas posições antagônicas. De um lado, o funcionário público municipal, totalmente dilapidado, tendo apenas um barril como veste, gesticula as principais dificuldades que aflige a sua vida. Por outro lado, a figura do prefeito assiste as reivindicações do servidor municipal. Entretanto, as palavras entram por um ouvido e saem

pelo outro, caindo no lixo que de tão cheio não comporta mais tantas solicitações.



* Dentre as expressões ditas pelo funcionário público municipal ao prefeito estão: "salário digno", "17,95%", "valorização do servidor", "condições de trabalho", "lpremu", "perda salarial", "Desmt", "compromissos de campanha".

Fonte: Boletim Informativo do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal, p. 1, agosto/setembro de 1997.

O relacionamento entre os servidores e os políticos sugestivo na charge não é dos melhores. Em épocas de eleições, os apertos de mão e as promessas fazem parte do cotidiano para angariar votos, mas passado este período, as palavras ditas em prol dos funcionários públicos são engavetadas ou jogadas no vão do esquecimento.

O desenho humorístico sobre os políticos publicado após o ano eleitoral, bem como as outras charges aqui analisadas são imbuídas de julgamentos, seja sobre a degradação da saúde, seja a respeito dos comportamentos dos políticos. Estes julgamentos, entendo como Thompson

que "cada geração, cada historiador, tem direito a expressar um 'ponto de vista'"⁶¹. Contudo, é preciso o comprometimento com as evidências, no que Hobsbawm reafirma com bastante ênfase: "Não podemos inventar nossos fatos. Ou Elvis Presley está morto ou não"⁶², para que não se legitime a visão de determinado grupo social.

No que tange aos servidores da Prefeitura de Uberlândia, os fatos que se configuram nos mais diversos âmbitos por eles freqüentados não são dos melhores, ocorrendo uma grande ausência de sensibilidade por parte do poder instituído quanto as suas problemáticas, estreitadas ainda mais pelas "perversas" transformações no mundo do trabalho observadas sob o ângulo dos funcionários.

⁶¹ THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 51.

⁶² HOBBSAWM, Eric J. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 18.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A resolução dos problemas, entre eles o desemprego, que nos aflige mais do que nunca com as degradações que são impostas ao ser humano, passa pela capacidade de compreender o momento histórico em que estamos presenciando. Isso implica descobrirmos uma maneira eficiente de interferir na realidade com uma tomada de posição firme, que traga um preenchimento do sentido da vida. Cabe reconhecer que muitas coisas andam obscurecidas pelas relações econômicas praticadas hoje no país, que atingem a educação brasileira na condição de um ensino dedicado, em grande parte, a preparação dos jovens e adultos para o mercado de trabalho que não traz o retorno esperado, posto que não existem tantas vagas disponíveis de emprego e as poucas que ainda resistem aos avanços tecnológicos estão destinadas a certas pessoas que pertencem a determinados grupos sociais.

Os jovens e adultos, principalmente aqueles que habitam os subúrbios e favelas, adquirem uma formação científica exigida pelo mercado de trabalho que não traz para todos “um lugar ao sol”. Acredito que a aprendizagem, diferentemente de uma necessidade voltada somente para o trabalho, deve “adotar como meta oferecer a essas gerações marginais uma cultura que desse sentido à sua presença no mundo, à simples presença humana, permitindo-lhe adquirir uma visão geral das possibilidades reservadas aos seres humanos, uma abertura sobre os campos de seus conhecimentos”⁶³. A educação concebida como um ensino voltado para o trabalho, mas, também para a formação política e cultural se constitui numa possibilidade de dar um

⁶³ FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. 4 reimpressão. São Paulo: Unesp, 1997, p. 80.

novo sentido a vida, como um “emprego para a vida”, resgatando a noção de educação do professor de Filosofia da Educação da FEUSP, Antonio Joaquim Severino:

“(...) a educação é um processo destinado a formar o homem, a transformar a criança num ser humano pleno, a transformar o indivíduo em pessoa; enfim, numa palavra, ela é um processo destinado a nos humanizar.”⁶⁴

A educação não tem a pretensão de ser um instrumento transformador capaz de acabar com o desemprego, a miséria, a pobreza e todas as formas de humilhações e violências que existem no mundo. Mas, pela humanização atingida quando nos realizamos através de nossa prática cotidiana no campo político pela atividade incessante do pensamento, isso se constitui numa arma mais potente que a metralhadora utilizada em áreas de conflitos. E de uma ação fecunda nos vários ambientes sociais e culturais é possível melhorarmos as condições de vida degradadas pela atual conjuntura econômica que mascara a real atividade de grande parte das empresas descritas com uma função social que não possuem, e muito menos, como geradoras de empregos e de um bem-estar social.

⁶⁴ SEVERINO, Antonio Joaquim. “Trabalho, política e cultura na sala de aula. **Revista Presença Pedagógica**, Belo Horizonte, nº 5, set/out., 1995, pp. 18-27.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Antônio de. **Lutas, Organização Coletiva e Cotidiano: cultura e política dos trabalhadores no ABC Paulista 1930-1980.** Tese de doutorado em História Social apresentada à FFLCH/USP. São Paulo, 1996, p. 6. (mimeo)

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** 5 ed., São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 1998.

HOBBSBAWM, Eric. **Sobre História.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CARDOSO, Ciro F. **Uma introdução à história.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

CARNEIRO, Henrique. As influências culturais do sistema de classificação sexual da botânica de Lineu no século XVIII. **Atas: Seminário Internacional Dimensões da História Cultural.** Belo Horizonte: Unicentro Newton Paiva, 1999, p. 50-55.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações.** Lisboa: Difel, 1990.

CHAUÍ, Marilena de Sousa. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas.** 7 ed., São Paulo: Cortez, 1997.

_____ **Conformismo e Resistência: Aspectos da Cultura Popular no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. 4 ed., São Paulo: Ed. Unesp, 1997.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 4 ed., São Paulo: Loyola, 1994.

INCAO, Maria Conceição de. O Tema, o Método e o Universo Teórico de Referência.
In: **O “Bóia-Fria”: acumulação e miséria**. 3 ed., Petrópolis: Vozes, 1976, p. 17-31.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. 4 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

MARX, Karl & ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 3 ed., Petrópolis: Vozes, 1990, pp. 66-87.

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. 2 ed., Petrópolis: Vozes, 1994.

RUAS, Roberto. Novos Princípios Gerenciais e a Organização e Gestão do Trabalho.

Reestruturação Produtiva no Brasil. Brasília: SESI-DN, 1995, p. 18-31.

SEVERINO, Antonio Joaquim. "Trabalho, política e cultura na sala de aula". **Revista**

Pedagógica, Belo Horizonte, nº 5, pp. 18-27, set/out, 1995.

SILVA, Marcos A. da. **Caricata República: Zé Povo e o Brasil.** São Paulo: Marco

Zero, 1990.

THOMPSON, E. P. **A formação Histórica da Classe Operária.** Vol. I. Rio de Janeiro:

Paz e Terra, 1987.

_____. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo et al. **A pesquisa em História.** 3 ed., São Paulo:

Ática, 1995.

WOOD, S. Toyotismo e ou japonização. HIRATA, Helena. In: **Sobre o "modelo"**

japonês: automatização, novas formas de organização e de relações de trabalho. São Paulo: USP, 1993.

JORNAIS:

Correio do Triângulo, nº 16.033, Uberlândia, quarta-feira, 2 de setembro de 1992.

Correio, nº 17.403, Uberlândia, sábado, 8 de fevereiro de 1997.

Correio, nº 17.533, Uberlândia, sexta-feira, 11 de julho de 1997.

Correio, nº 17.743, Uberlândia, terça-feira, 17 de março de 1998.

O Estado de São Paulo, nº 120, São Paulo, quinta-feira, 21 de janeiro de 1999.

O Município, nº 902, Uberlândia, terça-feira, 24 de dezembro de 1996.

Triângulo, nº 5.986, Uberlândia, sexta-feira, 11 de julho de 1986.

Triângulo, nº 5.766, Uberlândia, sexta-feira, 27 de dezembro de 1985.

Triângulo, nº 9610, Uberlândia, terça-feira, 04 de março de 1997.

Triângulo, nº 9613, Uberlândia, sexta-feira, 07 de março de 1997.

PERIÓDICOS:

Boletim Informativo do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal, p. 2, setembro de 1996.

Boletim Informativo do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal, abril/maio de 1997.

Boletim Informativo do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal, junho de 1997.

Boletim Informativo do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal, agosto/setembro de 1997.

Boletim Informativo do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal, fevereiro/março de 1999.

LER - Prevenção: o melhor remédio. Uberlândia: Centro de Apoio Empresarial.

HOME PAGE

www.ccr.org.br/Demandas/Documento/documento.html

www.estado.com.br/edicao/mulher/comporta/lei1.html

www.senado.gov.br

www.uberlandia.mg.gov.br

www.ufu.br/ong/sosmulher/dados.htm